



**ATA N.º 28/XII-2º/2018-19**

1 - Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e dezanove, pelas 21H15, no Vitória Clube Quintinhas, sito na rua Eugénio Salvador, nº 46, Quintinhas, na Charneca de Caparica, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Alteração à Composição das Comissões Permanentes;

3.2 - Eleição de um/a cidadão/ã para Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ);

3.3 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre Documentos de Prestação de Contas:

3.3.1 - “Relatório e Conta de Gerência da Câmara Municipal de Almada relativos ao exercício de 2018”;

3.3.2 - “Relatório e Conta de Gerência dos SMAS relativos ao exercício de 2018”;

3.3.3 – “Relatório e Conta de Gerência da ECALMA relativos ao exercício de 2018”;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração ao Mapa de Pessoal de 2019”;

3.5 - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “1ª Revisão do Orçamento 2019 e das Grandes Opções do Plano”;

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “1ª Revisão Orçamental dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada, referente ao ano de 2019”;

3.7 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal.

3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano de Pormenor de Reconversão da Quinta do Guarda-Mor”;

3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Serviço de transporte flexível Circuito da Saúde”;

3.10 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU de Almada”;

3.11 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU da Trafaria”;

3.12 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ORU de Porto Brandão”

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ivan da Costa Gonçalves; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; Débora Figueiredo Carvalho Rodrigues; José Manuel Maia Nunes de Almeida; Carlos Manuel Coelho Revés; João Eduardo Alves de Moura Galdes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque; Augusto António Brinquete Proença; Marina Alexandra Pereira Lopes; José António Espírito Santo Rocha; Fátima Maria da Silva Nogueira Marras; Artur Jorge de Jesus



## **MUNICÍPIO DE ALMADA**

### **Assembleia Municipal**

Alfama; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

**4.1** – Do Senhor Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), Elisabete Peres Pereira (CDU), José Alberto Azevedo Lourenço (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU), Nuno Miguel Costa Gonçalves (CDU), António Francisco Salgueiro (PSD), Sílvia Maria Mendes de Sousa (PSD) e Inês Pezarat Correia Bom (BE) manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

**4.1.1** - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Mara Rita Silva Martins (CDU), por impedimento do cidadão Sr. José Gabriel Guiomar Joaquim; José João Santos da Mata (CDU), por impedimento de Jorge Miguel Oliveira Feliciano, de Mário José de Sousa Pedroso, de Andreia Sofia Fernandes Egas, de António José Olaio da Silva, de Sr. José Augusto Tavares Oliveira, de Joana Tavares Reis Raposo e de António Abrantes de Almeida; Aurora da Conceição Marques de Almeida (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto, CDU) por impedimento de Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, de Fernanda Maria Amaro Tavares, de Tiago André Emídio de Sousa Martins, de Vânia Sofia de Frias Gonçalves da Cruz, de Jorge do Carmo Ventinhas Pé-Curto, de Cláudio Nuno dos Reis Silva e de Maria do Carmo da Costa Frade Cândido de Almeida; António Paulo Júnior (CDU), por impedimento de José Luís de Oliveira Pires e de Filipa Raquel da Silva Barroso; Rita de Almeida Casimiro de Matos Oliveira (PSD), por impedimento de Sónia Raquel Mota Faria, de Paulo Alexandre Ribeiro Sabino e de Nuno Fragoso Dominginhos; Carlos Manuel Costa Botelho de Moura (PSD), por impedimento de Henrique Bartolomeu de Vilhena Guisado; Pedro Miguel Celestino Pereira (BE).

**4.1.2** - A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica e Trafaria, Teresa Paula de Sousa Coelho (CDU) solicitou a sua substituição pelo eleito António Joaquim Oliveira.

**4.2** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

**4.3**- O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença da Senhora Vereadora Catarina Pé Curto em substituição da Senhora Vereadora Amélia Pardal, da Senhora Vereadora Lina Gonzalez em substituição do Senhor Vereador Nuno Matias e do Senhor Vereador Luís Filipe Pereira em substituição da Senhora Vereadora Joana Mortágua.

**4.4** – Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

**4.4.1** - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU) sobre a Linha de Muito Alta Tensão, enviado para a Câmara Municipal em 11/7/2018, ainda não foi respondido.

**4.4.2** - O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD) sobre Festival Sol da Caparica 2018, enviado à Câmara Municipal em 17/01/2019, foi respondido em 24/4/2019.

**4.4.3** – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre cumprimento das normas de segurança e legislação em vigor na restauração situada na zona do Ginjal, enviado para a Câmara Municipal em 4/12/2018, foi respondido em 26/4/2019.

**4.4.4** - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre infraestrutura rodoviária na cidade da Costa da Caparica, enviado para a Câmara em 15/3/2019, foi respondido em 24/4/2019.

**4.4.5** - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre segurança da escarpa no Cais do Ginjal, enviado para a Câmara em 27/3/2019, foi respondido em 26/4/2019.

**4.4.6** – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind) sobre Casa da Dança, enviado para a Câmara em 11/2/2019, foi respondido em 8/4/2019.



**4.5** – Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/às Senhores/as Deputados/as Municipais.

**4.6** – Finalmente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que tinham sido atempadamente distribuídas as atas n.ºs 24/XII-2.º/2018-19 e 25/XII-2.º/2018-19 da sessão ordinária de fevereiro de 2019 e a ata n.º 26/XII-2.º 2018-19 da sessão extraordinária de março de 2019, para aprovação pela Assembleia Municipal.

**4.6.1**- Colocadas à votação, foram aprovadas por unanimidade as atas n.ºs 24/XII-2.º/2018-19, 25/XII-2.º/2018-19, 26/XII-2.º/2018-19 e ratificadas as respetivas minutas, nos termos do n.º 2 e 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, tendo votado os Senhores Deputados Municipais presentes nas respetivas reuniões.

**5** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

**5.1** - Usaram da palavra os Senhores Múncipes Pedro Rebelo, Ademar Mestre, António Manuel Valadas Palma, João Rocha, Miguel Duarte, Jorge Rocha e Manuel Gregório Fidalgo Santos.

**5.1.1** – O Senhor Múncipe Pedro Rebelo:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O que aqui nos traz é lamentável!

Este Executivo tem de ser confrontado publica e politicamente com as práticas dentro das paredes da CMA, SMAS e ECALMA, com as exigências e reivindicações que os trabalhadores trazem, através do STAL.

Veja-se a curta história que este Executivo já percorreu:

1- Restrição de direitos de participação sindical dos trabalhadores;

- "...sim, é uma decisão política, a lei sindical é a lei sindical..." - afirma a Vereadora Teodolinda Silveira em reunião. Afinal a restrição é opção política e não jurídica tal como o STAL afirmava;

2 - Despediu 51 trabalhadores com a possibilidade de os integrar;

Afirmações da mesma Vereadora:

- "... não são necessários..."

"... as funções são sazonais..."

"...ainda bem que fizemos o concurso, a jogar pelas baixas notas de alguns dos 51 do atual concurso.

Afinal o impedimento não era jurídico e as funções eram tão sazonais que tiveram de ir buscar mais 60 trabalhadores;

3 - Tentou intimidar Dirigentes Sindicais;

No contexto de uma manifestação organizada pelo STAL e CT, em defesa de 51 postos de trabalho, famílias e serviço público, o Vereador João Couvaneiro na tentativa de impor aos trabalhadores quem os representava acabou por se ver confrontado como uma deslocação pacífica destes trabalhadores com dirigentes do STAL e da CT ao seu gabinete. No dia seguinte o Vereador, tentando intimidar um dos Dirigentes, quando este estava sozinho, em ambiente familiar e de lazer dirigiu-se: "... ontem também estava sozinho no meu gabinete, é porque estamos aqui com as nossas famílias?" – o Dirigente recusou-se obviamente a dialogar ali.

4 - Atropelo à Lei da Greve com substituição de trabalhadores em dia de greve;

Alteração à escala de serviço - Encarregado a fazer de motorista e motorista a fazer de cantoneiro na recolha mecânica.

5 - Interferência com o piquete de greve com atitude provocatória - A Vereadora Teodolinda Silveira e seu staff, às 22h30, em Vale Figueira, a fazer o papel despropositado de polícia, dizia: "...para assegurar que ninguém é impedido de trabalhar."



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6 - Censura aos comunicados do STAL no servidor da CMA, dando carta branca de divulgação a outras organizações ditas representativas dos trabalhadores: "...eu publico aquilo que eu quero, o que eu não quero não publico...". Palavras da Senhora Vereadora Teodolinda.

7 - Alteração compulsiva de local de trabalho, sem consulta ao STAL como previsto na lei;

- "... colocamos os trabalhadores onde quisermos, a Lei diz que em última instância o podemos fazer" - Vereadora Teodolinda Silveira, mais uma afirmação digna do exercício do poder democrático.

8 - Alterações unilaterais de horário de trabalho com transtornos para a vida pessoal dos trabalhadores.

9 - Clima de intimidação e indefinição nos serviços, falta de orientação e resposta cria o mau estar, instabilidade e incerteza no caminho a percorrer no que ao trabalho diz respeito.

10 - Na ECALMA tentam impor o trabalho no dia 1 de maio, violando princípios basilares de direitos conquistados, mas em simultâneo violando o Acordo de Empresa;

11 – Lançamento e aprovação de um Código de Conduta nos SMAS de Almada com conteúdos que de democráticos têm pouco.

12 - Controlo dos passos do STAL nos locais de trabalho; O STAL, tal como todas as organizações representativas dos trabalhadores, sempre teve a liberdade de se dirigir aos locais de trabalho mediante necessidade. Agora dizem que temos de avisar com 24 horas de antecedência e, segundo a Senhora Presidente, temos de dizer as horas e os serviços a que vamos, a pretexto surrealista de que as ações do STAL extravasam a atividade sindical... assumam os reais objetivos daquilo que está a ser colocado.

13 - Negam a opção gestonária por decisão política, impossibilitando que os trabalhadores progridam de 6 em 6 pontos em vez de 10 em 10. Não se comprometem porque depende do orçamento, dizem, como se o orçamento determinasse a decisão política, o orçamento será sempre o reflexo das decisões do Executivo. Qual é a posição política? De 6 em 6 ou de 10 em 10?

A democracia não se consubstancia se ficar debaixo dos tapetes de entrada dos locais de trabalho, não basta afirmar a democracia enchendo a boca com os seus arautos - pratiquem-na!

O desafio que aqui fazemos, é que esta Assembleia Municipal cumpra o seu papel e confronte o Executivo, com o que aqui acabamos de denunciar.

Estando nós disponíveis para prestar mais esclarecimentos se necessário.

Vimos aqui para denunciar, mas também para afirmar a democracia que este Executivo insiste em atropelar e que é vosso dever enquanto Deputados Municipais assegurar nesta Instituição.

Contem com a luta dos trabalhadores!"

**5.1.2 - O Senhor Município Ademar Mestre:**

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No passado mês de março, foi aprovado o Plano de Reversão da Quinta do Guarda Mor pela Câmara Municipal de Almada. Penso que igual procedimento irá ser tido por esta Assembleia Municipal. O que desde já agradeço. Foram necessárias duas gerações para que o Plano da Quinta do Guarda Mor fosse aprovado. É demasiado tempo.

Nas AUGI – Áreas Urbanas de Génese Ilegal, nem tudo foi mau. Na década de 60, 70, foram responsáveis pelo grande investimento no Concelho, na aquisição de terrenos, na compra de materiais de construção, pelo emprego que criaram, e até nas receitas que geraram em multas para a Câmara Municipal; porque na altura construía-se à multa. O problema das AUGI é transversal a todos os Municípios da Área da Grande Lisboa. Curiosamente, os menos progressistas foram aqueles que resolveram o problema há muito. Oeiras, Cascais e Sintra. Infelizmente, Almada, encabeçou a cauda do pelotão.



Recordo que, no Concelho, 40.000.00 (quarenta mil) habitantes continuam a não ver satisfeitas as suas necessidades básicas. Esgotos, estradas de terra batida, etc. Contribuindo, no entanto, com os seus impostos como qualquer outro habitante do Concelho sem nada receber em troca. As reconversões, no futuro, das casas feitas há vinte ou trinta anos, não podem pagar taxas iguais às praticadas nas novas urbanizações. Para quando o novo regulamento?

A Sobreda é a zona do Concelho onde menos investimento tem sido feito por parte da Câmara Municipal nos últimos quarenta e dois anos. As estradas são uma vergonha, não há passeios, é tudo cheio de buracos, todos remendados, as únicas intervenções feitas na Sobreda, são feitas pelo SMAS, na Nacional 10/1. A reparar a conduta de água que está permanentemente a rebentar. Cada rutura mais um remendo. Recentemente a 10/1 foi pintada, os buracos estão lá todos.

Investimento na Sobreda é urgente.”

**5.1.3 - O Senhor Munícipe António Manuel Valadas Palma:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero saudar no espírito de abril, todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e da Senhora Presidente da Câmara Municipal.

Falar do 25 de Abril é sempre um prazer, sempre um privilegio. E, digamos que, quando se fala do 25 de Abril, não nos podemos esquecer a palavra de gratidão que devemos aos Capitães de Abril e também aos lutadores da Liberdade, muitos deles deram a vida por nós.

Em relação às conquistas, elas foram inúmeras, naturalmente não conseguimos aqui enunciá-las, mas há uma que seguramente que estaremos de acordo, que é a Liberdade. A Liberdade é a conquista maior. E podemos até dizer, face às outras conquistas, é talvez em Portugal a que tenha sofrido menos erosão. E se me permitem, eu queria utilizar esta tribuna, para exigir a todos os carcereiros deste mundo, que libertem os presos políticos. Tanto faz ser da Turquia, como ser de Israel, como ser da Venezuela, ou como ser em Espanha. Um estado que deveria ser democrático e tem na prisão as pessoas que lutam pela independência da Catalunha, Oriol Junqueras e Carmo Forcadell e seus companheiros, devem ser libertados. Os portugueses precisam que na Península Ibérica não hajam presos políticos. E eles são-no de facto.

Há outra questão que também somos muito gratos, foi a possibilidade de podermos votar. Eu tinha vinte anos e ainda não tinha naturalmente votado; só depois do 25 de Abril.

A democracia, e aqui provavelmente não estamos de acordo, mas eu considero que nós vivemos uma democracia de baixa intensidade. Há pouco, esteve aqui um jovem do STAL, a denunciar uma série de questões, não sei se são verdadeiras se não são, não estou em condições de o provar. Mas, já é um indício dessa baixa intensidade. Não há participação dos cidadãos, a cidadania está ausente dos processos de decisão política. Eu penso que os partidos usurparam a decisão política, é quase exclusivamente dos partidos, essa é para mim uma causa desta baixa intensidade. Depois temos, reparem, quando 230 Deputados, discutem as prendas que podem levar para casa ou não, francamente! Francamente! Não há mais nada para discutir?

Vamos aqui a um caso aqui da nossa Assembleia Municipal. E agora dirijo-me à Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, para repudiar a sua intervenção na Sociedade Musical da Trafariense. A Senhora permitiu-se apoucar a minha intervenção. Não interessa se concorda ou não concorda com a minha intervenção. Mas primeiro, dizer que era utópica a minha intervenção, eu aconselho-a a ler o Poeta Azeitonense, talvez perceba melhor as utopias. Depois disse, (não se esteja a rir que não tem graça nenhuma) entre os muitos dislates, que afinal já toda a gente me conhecia. Não, Senhora Vereadora, isto é um espaço institucional, onde se discute política, é isso que eu tento fazer quando venho aqui. Eu não conheço estas pessoas, nem elas me conhecem a mim. Portanto, nem todos conhecem o Palma. Finalmente, aconselhava-lhe um bom dicionário, porque efetivamente retórica não tem nada a ver com a pergunta que eu fiz, e volto a fazer, espero que o Executivo me responda, que é: quantos projetos no Concelho de Almada, são alavancados pelos dinheiros da União Europeia? E os seus quantitativos se for possível. Estas foram as questões que eu lhe coloquei. Portanto, é para dizer que é com



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

essas intervenções, a mim como sabe, não me afetam, porque nós só nos deixamos afetar quando quer. Portanto, a mim não me afeta o que a Senhora Vereadora disse. De qualquer das formas, não é um procedimento democrático. Nós discordamos, e há a argumentária política para combater as opiniões que a gente não concorda naturalmente. E eu estou aberto a todas elas. Agora, não posso permitir é que seja apoucado, seja minorizado pelas intervenções.”

### 5.1.4.1 - O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu permito-me fazer um à parte no sentido de dizer que é óbvio que eu respeito a sua opinião relativamente à intensidade da democracia, e até provavelmente partilho uma parte significativa da sua preocupação. Mas, apesar de tudo vivemos numa democracia em que os senhores munícipes podem vir cá e estão nesse direito de contestar a atuação do poder, portanto, isso já revela que a nossa democracia é uma democracia que apesar de tudo tem alguma intensidade. É apenas uma opinião que me atrevi a expressar.”

### 5.1.5 - O Senhor Munícipe João Rocha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Naturalmente, não podia começar de outra forma a ler esta missiva, sem considerar a presente data, como memorável para todos os sobredenses. Pelo facto de ser hoje presente a esta assembleia o Projeto de Loteamento da Quinta do Guarda Mor, dado tratar-se de um projeto que teve o seu início no tempo da outra senhora, ou seja em 1971, tendo sido concluído após 48 anos, por este município. A morosidade dos processos de reconversão das AUGI, sediadas na área de jurisdição deste município, foram sempre sustentados por um excesso de burocracia, considerada insuportável pelos responsáveis das AUGI, no passado recente. Talvez pelo facto dos senhores eleitos cessantes, nunca tivessem tido a sensatez, de fazerem uma destrição de um loteamento normal, de um processo de reconversão de uma AUGI, conforme está definido na Lei nº 97/95, de 2 de setembro, republicada pela nº 90/2015, de 16 de julho. Quero referir também a todos os eleitos presentes nesta sala, que o signatário, quando fala nas Assembleias Municipais deste Município, em questões relacionadas com as AUGI, não falo em meu nome pessoal, falo sim em nome dos 40 mil habitantes ou proprietários que, correspondem a cerca 23% da população deste Concelho, que reside em AUGI, os quais foram sempre considerados, como uns marginais, até recentemente. Mas cumprem com as suas obrigações fiscais e cívicas, idênticas a qualquer outro cidadão que possui todas as infraestruturas imprescindíveis, no seu local onde reside.

Finalmente, repito mais uma vez nesta Assembleia Municipal, uma frase que sempre me foi transmitida, por quem de direito, na minha vida profissional, elogiar o profissionalismo das pessoas e dos seus atos relevantes.

Assim sendo, começo por elogiar o atual Executivo deste Município, porque apenas em 18 meses do seu mandato, ter aprovado o maior processo de reconversão de uma AUGI sediada neste Concelho, vulgo, Quinta do Guarda Mor, com cerca de quatrocentos lotes, é louvável, bem como ainda ao atual Diretor Municipal e Diretor Departamento Urbanístico.”

### 5.1.6 - O Senhor Munícipe Miguel Duarte:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, entendi oportuno trazer e ler aqui um texto, que considero muito interessante e que corre aí nas redes sociais.

A Câmara Municipal de Almada, com um dos melhores resultados económicos de sempre.

A Câmara Municipal de Almada, votou favoravelmente, os documentos de Prestação de Contas Relatório e Contas de Gerência, referentes ao exercício de 2018, resultando as bases para uma política de investimento a decorrer a partir deste ano. Concursos de Empreitadas, Fiscalizações e Projetos, num valor superior a 17.000.000.00€ (dezassete milhões de euros). Este resultado demonstra a excelente execução do Executivo, que permitiu ao Município obter um dos melhores resultados económicos de sempre. Os documentos submetidos



pelo Executivo espelham a boa gestão financeira do Município, demonstrando em 2018, que a Câmara Municipal:

1 – Terminou o ano com um registo de um saldo de execução orçamental de 34,8 milhões de euros, de operações de tesouraria de 2,1 milhões de euros, num total de 36,9 milhões de euros.

2 – Manteve a estabilidade da sua autonomia financeira, em 81,9%, que traduz a capacidade do Município em gerar receitas para além das transferências do Orçamento do Estado.

Registou uma progressão positiva de todos os indicadores financeiros do Município destacando-se a evolução do rácio de solvabilidade, 466,08% em 2016, 510,14 em 2017 e 548% em 2018.

4 – Registou um elevado grau de execução orçamental, que se situou nos 109% no que respeita à receita e 84% no que respeita à despesa.

5 – Corrigiu significativamente o deficit operacional, traduzido num crescimento mais acentuado nos proveitos operacionais, 8%, face ao verificado nos custos operacionais menos 3.

6 – Respondeu às necessidades de reposição de rendimentos dos trabalhadores, e aumentou as despesas com pessoal relativamente ao ano anterior, ainda assim, aquém do previsto em sede de orçamento.

7 – Terminou o ano sem pagamentos em atraso e com pagamentos a fornecedores a 18 dias.

8 – Reduziu a dívida global do Município, para cerca de 29,7 milhões de euros, dívidas a terceiros, correspondendo a uma diminuição de 11% relativamente ao ano anterior, e em linha com a tendência de redução verificada nos anos anteriores.

9 – Dispõe dos recursos financeiros indispensáveis, para fazer face a todos os compromissos e necessidades, de curto prazo, incluindo uma evolução positiva dos resultados do exercício, que cresceram 8,8 milhões de euros.

Apesar destes excelentes resultados, a CDU, votou contra.

Senhora Presidente da Câmara, a CDU votou contra externamente, mas na minha modesta opinião, votou a favor internamente. Porque nada é tão admirável em política, quando uma memória curta, e os Senhores Vereadores da CDU não têm a memória curta. E não querendo por razões conhecidas de todos, deixar de expressar a sua posição pública, é notório para todos que internamente, há um reconhecimento claro e inequívoco, da extraordinária ação deste executivo municipal, pelo que, sentimentalmente este documento foi aprovado por unanimidade. E a Senhora Presidente de Câmara está de parabéns. Como disse Leonardo Da Vinci, todo o nosso conhecimento se inicia com sentimento.

E está redondamente de parabéns, porque contrariou claramente aqueles que disseram que isto ia ser o diabo. Porque tal como alguém disse que António Guterres, nunca podia ser Primeiro Ministro porque nunca tinha sido Primeiro Ministro, também alguém disse que esta mulher, nunca poderia ser uma razoável Presidente da Câmara, porque também ela nunca tinha sido alguma vez Presidente de Câmara.

Esses, se tivessem apostado, tinham perdido em toda a linha, porque não é uma razoável, não. Mas sim uma excelente Presidente da Câmara, com provas dadas. É mulher e basta.

Para terminar, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, gostaria de citar aqui Gandhi, que disse: “O futuro dependerá daquilo que fizermos no presente”, como no presente os resultados estão incontestavelmente à vista, o futuro terá de ser encantador.”

#### **5.1.7 - O Senhor Município Jorge Rocha:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O que me traz aqui hoje, é pura e simplesmente para ler uma moção que foi aprovada por unanimidade e aclamação no último encontro do movimento associativo em Almada, realizado no passado dia 16 de março.

O Movimento Associativo Popular é, no nosso País, um movimento que merece de todas as instituições o respeito e a importância que lhe é devido. O nosso Concelho, a par de outros, naturalmente, tem, desde sempre,



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

assumido o papel de vanguarda na luta por um Portugal mais livre, mais culto e mais interveniente através das coletividades, dos clubes, das associações, dos sindicatos, das cooperativas de produção, de consumo e de ensino e outros. Porque lhes é intrínseco a elevação dos seus associados através da livre criação e do usufruto de atividades por si organizadas e desenvolvidas. É, pois, notório, que toda a população do Concelho beneficie de melhores condições de vida porque todos estamos inseridos no Movimento Associativo Popular, através de uma ampla vivência verdadeiramente democrática e independente de quaisquer tipos de tutelas.

Fomos, somos e queremos continuar a ser um setor importante na vida do nosso Concelho. O M.A.P, por natureza é objetivo de um movimento considerável e a ter em devida conta. Em tempos idos, estivemos na primeira linha da resistência, passámos da resistência à cooperação, à solidariedade e à partilha e assim exigimos continuar. Exigimos reconhecimento pelo passado e consideração pelo presente. Não aceitamos que nos cerceiem o futuro!

Considerando o último senso de 2017, no Concelho de Almada existem:

186 coletividades, clubes e associações de índole diversa,  
mais de 2000 dirigentes associativos em regime de voluntariado benévolo,  
mais de 160.000 associados,  
mais de 20.000 atletas de várias modalidades,  
uma dezena de coletividades centenárias,  
quatro Bandas filarmónicas,  
mais de 15 Bandas de garagem,  
mais de 18 Grupos de teatro amador,  
uma Orquestra de Música de Câmara.

inúmeros atletas internacionais formados nas coletividades, clubes e associações do Concelho de Almada, em diversas modalidades.

uma Companhia de Teatro Profissional que anualmente, apresenta, dito por muitos, o melhor Festival Internacional de Teatro que se realiza em Portugal.

O Movimento Associativo de Almada integra o universo nacional do M.A.P, constituído por 31 mil coletividades, 450 mil dirigentes (voluntários e benévolos) e mais de 3 milhões de associados.

Prestamos ainda e sempre a cedência das nossas instalações e os nossos préstimos para eventos do poder local democrático.

Somos parceiros de quaisquer iniciativas congéneres, edilidade e autarquias sempre que para tal sejamos contactados para o efeito.

Por sequente, é nosso entendimento que dada a situação atual estas e outras razões que nos dispensamos de mencionar são sobejas, para reivindicarmos ser ouvidos em tempo razoável e útil, tendo em conta os assuntos a apresentar e as situações e objetivos propostos no sentido da sua concretização, considerando datas e metas a atingir.

Assim: considerando o exposto, os membros do movimento associativo do Concelho de Almada, reunidos em 16-03-2019, decidem apresentar neste Encontro a presente moção a ser submetida à sua votação, cujo resultado foi a aprovação por unanimidade e aclamação, para posteriormente ser remetida à nossa edilidade e apresentada em próxima Sessão da Assembleia Municipal, que se está a realizar aqui hoje.”

### **5.1.8 - O Senhor Município Manuel Gregório Fidalgo Santos:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Não venho aqui para falar, e nem é essa a minha vocação, não preciso de discursos, de divergências políticas, nem quem faz bem, nem quem faz mal. Venho falar de uma pessoa, eu próprio.

Desde o dia quatro de fevereiro, como cidadão que nasceu neste Concelho, mais propriamente na Freguesia da Cova da Piedade há sessenta anos, que eu sou um sem abrigo. Durmo na rua, mantenho a minha dignidade como ser humano que sou, apelei a todas as instâncias deste país, começando pelo Instituto da Segurança Social, começando pelo Departamento de Habitação da Câmara Municipal de Almada, pela AMI – Assistência Médica Internacional, onde me disseram que para reunir os requisitos de ir para uma casa teria de ser toxicodependente ou alcoólico ou apresentar uma declaração médica como sofria de distúrbios psicológicos graves. Felizmente para mim nunca fui toxicodependente, nunca fui alcoólico e que eu saiba por enquanto distúrbios psiquiátricos ainda não os tenho.

Senhora Presidente da Câmara Municipal, Inês de Medeiros, de repente não está a ver quem eu sou, eu não preciso de discurso porque estou muito habituado a falar nas Assembleia Gerais do meu Clube, o Clube Desportivo da Cova da Piedade, onde estivemos no aniversário, e onde estivemos no almoço da Caritas na Igreja da Nossa Senhora de Fátima em Almada. O momento não era o próprio, e o timing de certeza absoluta que não era de eu falar apenas de uma pessoa, de mim.

Acontece o seguinte: há três meses a esta parte, vivendo em privação de sono, porque dormir à chuva, ao vento, em cima de uma pedra, é muito, mas muito difícil, e a mim aqui a política não me interessa para nada, porque está em questão a minha vida, a minha sobrevivência, e digo-vos uma coisa, prefiro morrer de pé, do que viver toda a minha vida de joelhos. Eu não venho pedir nada, não venho suplicar nada, não venho querer nada, de quem politicamente pode ou não assinar um papel, dizendo: “Não, você hoje não vai dormir outra vez na rua”. Eu sei que a burocracia neste país é muita, mas mais uma vez digo: eu vou ser o único cidadão deste país, deste Concelho onde nasci há sessenta anos, mais concretamente na Freguesia da Cova da Piedade, na Avenida Rainha Dona Leonor, que vai sair daqui sem dizer nada a ninguém, sem apontar nada a ninguém, mas sou o único que vai dormir mais uma vez num banco de jardim.

Fica ao vosso critério, dizerem: Não! Não. Eu tenho um Clube no meu coração, é o Clube Desportivo da Cova da Piedade. Foram inexcedíveis, muito para além do que é humanamente possível, em ajudarem-me. Só que a minha condição como ser humano são condições indiscreíveis, porque estou a dormir como todos sabem onde calha, com chapéus de chuva a fazerem de abrigos e aqui está a minha manta. Isto é a minha manta. É a minha manta com que me deito. É natural que nenhum ser humano ao fim de três meses, em privação de sono, porque é muito, mas muito perigoso, muito mais do que todos os que estão aqui presentes imaginam, viver na rua sem teto. Mas eu não peço nada. Só peço que vocês que têm o poder político pensem assim: um cidadão, um munícipe deste Concelho, sai desta sala para dormir outra vez ao relento. E como eu há muitos, muitos. Eu vi uma situação que vocês têm que ter conhecimento, de uma senhora de trinta anos grávida de seis meses, num estado, passe o paralelismo, que nem os judeus nos campos de concentração nazis, que sabiam ao que iam, viviam. E isso para mim foi o fim. Eu nunca imaginei que quarenta e cinco anos depois do 25 de Abril isto pudesse acontecer. Fiquem todos bem e pensem nas minhas palavras.”

**5.2** - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal e os Senhores Deputados Municipais Pedro Matias (PS), Luís Palma (CDU) e José Rocha (BE).

**5.2.1** – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós vamos ter uma noite longa de Assembleia Municipal, eu sei que não costumo ser muito curta nas intervenções, mas vou tentar ser breve.

Eu confesso que relativamente à primeira intervenção do STAL – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, eu a certa altura perdi-me, em todas as questões. Portanto, eu vou-me ficar, mais umas coisinhas que consegui anotar, vou-me ficar aqui por um comunicado que foi distribuído.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Ponto 1 – Despedimento de 51 trabalhadores há um ano atrás. Não houve despedimento. Não houve. Houve um contrato que chegou ao fim, e que não podia sequer ser renovado, exatamente como foi dito, houve concursos que foram abertos; dos cinquenta e um trabalhadores, cinquenta passaram nas provas do concurso, apenas um não passou. Portanto, é o primeiro facto errado do que está aqui transmitido.

Ponto 2 – Restringe os direitos de participação sindical aos trabalhadores, errado. Desde o primeiro dia que nós dissemos: cumprimento estrito da Lei. Da Lei Laboral, da Lei Sindical. Está na Lei ou não está na Lei. E para não haver dúvidas, e sempre que há qualquer dúvida, nós podemos até ler erradamente a Lei, até pedimos pareceres à CCDR – Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional, e a CCDR, vem não só no sentido como é até mais dura do que a leitura que nós próprios estávamos a fazer. Portanto, aos Senhores do STAL, eu repito o que disse no primeiro dia. O direito sindical é um direito fundamental e constitucional. A Lei do trabalho é das maiores conquistas de Abril. Agora, é a Lei que permite a equidade entre todos os trabalhadores. Não há Leis para uns e Leis para outros. E sobretudo não há Leis para uns quando são filiados e para outros quando não são filiados. Portanto, a questão é tão simples quanto isso.

Pratica a censura a comunicados do STAL. Falso. Uma coisa é distribuir informações aos trabalhadores nos termos legais em que todos os sindicatos o podem e devem fazer. Outra coisa é distribuir panfletos. Para distribuir panfletos estão os Senhores não precisam da Câmara Municipal. Portanto, a Câmara Municipal não distribui panfletos sindicais. A Câmara Municipal garante a informação a todos os trabalhadores. Falso.

Quer colocar trabalhadores da ECALMA a trabalhar a 1 de maio. Lamento informar o STAL, que é de Lei, os parques de estacionamento terem duas pessoas em serviços mínimos independentemente do sítio por razões de segurança. Da vida e dos bens de quem está e frequenta os parques de estacionamento. A Lei não era cumprida anteriormente. Pois perguntem a quem cá estava. Eu volto a dizer, tudo o que é de Lei é para ser cumprido. E, portanto, os serviços mínimos no 1º de Maio. E garanto-lhe que não encontrará maior defensora do 1º de Maio do que eu, estamos a cumprir a Lei em nome da segurança de todos aqueles que têm os seus veículos e que frequentam os parques de estacionamento, porque a segurança de toda a gente e dos municípios está sempre acima de qualquer outra questão e sobretudo de uma questão interna do sindicato. Portanto, falso.

Interfere com piquetes de greve e trabalhadores em dia de greve. Falso. A única coisa que faz é não deixar que o Sindicato impeça que vá trabalhar quem quer ir trabalhar. Portanto, isso é que também não é legal. E, portanto, quando os Senhores tentam impedir e coagir os trabalhadores que querem ir trabalhar de trabalhar, aí, meus Senhores, não pode ser. Tem todo o direito à greve sempre em todas as condições, não podem coagir outras pessoas.

Tenta intimidar dirigentes sindicais. E foi aqui citado. Eu quero lembrar que a fortíssima intimidação, a suposta intimidação, foi exercida aqui pelo Senhor Vereador na festa dos trabalhadores da Câmara Municipal de Almada, quando tinha o filho de oito meses ao colo. Eu acho que não há imagem mais ameaçadora, do que um pai com o seu filho de oito meses ao colo. Tenhamos juízo, já disse isso uma vez e repito: um dirigente sindical que tem medo de um pai com um filho de oito meses ao colo, se calhar é melhor não ser dirigente sindical. Porque há coisas piores a enfrentar do que pais com filhos.

Ponto 7 - É condescendente com o ambiente de intimidação aos trabalhadores. Sobre esta questão lamento mesmo que o Senhor Dirigente do STAL de Almada, venha falar de intimidação. Eu aqui em Almada, pela primeira vez, vi uma coisa que nunca, nunca na minha vida tinha visto, nem ouvido falar, que é um sindicato a pedir que se façam processos que podem levar a despedimento a colegas, isso é que eu nunca tinha ouvido falar. E foi isso que fez o STAL de Almada, que envergonha o movimento sindical, veio pedir à Câmara Municipal que ponha um processo disciplinar a uma trabalhadora desta Câmara Municipal, e isto nunca vi nenhum sindicato digno desse nome fazer.

Relativamente à ECALMA. Permitam-me só dizer, é pena que o STAL não se tenha preocupado com os trabalhadores da ECALMA, quando eles se banhavam em balneários que eram contentores e viviam por baixo de um teto cheio de amianto. Ao fim de um ano e meio, já não estão em contentores e o teto de amianto já lá não está.



Agradeço as palavras gentis que me foram endereçadas, mas quero também dizer ao Senhor Jorge Rocha. Saudá-lo pela Associação das Coletividades de Almada, saudá-lo pela Associação dos Jogos Tradicionais, que eu sei que também faz parte. Mas eu vejo a moção e tenho alguns problemas em percebê-la, porque ainda não percebi quem e porquê é que andam a espalhar que alguém quer acabar com o Movimento Associativo, ou quer limitar o Movimento Associativo, ou quer prejudicar o Movimento Associativo. E não há nada como números. Em 2015, foram apoiadas 170 (cento e setenta) entidades, e foi atribuído um montante de 2.506.164.00€ (dois milhões, quinhentos e seis mil, cento e sessenta e quatro euros). Em 2016 e 2017, isto aumentou não haja dúvida, muito, mas aumentaram poucas entidades. Porque só aumentaram vinte entidades mais apoiadas, mas passamos para 5.373.875.00€ (cinco milhões, trezentos e setenta e três mil, oitocentos e setenta e cinco euros) de apoios ao Movimento Associativo. E em 2017 só foram apoiadas 443 (quatrocentas e quarenta e três) entidades. Em 2018, eu a certa altura até me assustei, será que de facto demos tão poucos apoios? O total foi 4.626.512.00€ (quatro milhões, seiscentos e vinte seis mil, quinhentos e doze euros) de apoios ao Movimento Associativo. E o mais curioso, é que aumentamos o número de apoios e o número de entidades. Em vez de cento e noventa e duas entidades, foram cento e noventa e nove entidades que foram apoiadas, em vez de 443 (quatrocentos e quarenta e três) apoios, foram 488 (quatrocentos e oitenta e oito) apoios. É verdade que há uma escolha a fazer, ou se dá mais a menos, ou se dá um bocadinho menos a mais. Nós fomos claros na nossa escolha, damos um bocadinho menos, a mais. E foi isso que fizemos.

Onde a coisa não correu tão bem, por razões que os dirigentes do Movimento Associativo sabem bem, é que de facto nas grandes contas e nos grandes investimentos, e todos nós reconhecemos e já foi aqui referido. A norma que tinha sido aceite pelo anterior Executivo, de os Senhores não terem de entregar os comprovativos, foi um presente envenenado. E foi um presente de tal maneira envenenado, que eu até estou muito feliz por termos conseguido dar apoio na ordem dos 4.626.000.00€ (quatro milhões, seiscentos e vinte seis mil euros) no ano passado, apesar, e com o esforço de toda a Câmara Municipal, para que todos os Senhores pudessem ter a situação regularizada de modo a receberem o apoio. Porque senão, eram muito poucos aqueles que estavam em condições de receber. Portanto, eu continuo sem dizer quem é que foi inventar, quem é que anda a espalhar que nós somos contra o Movimento Associativo. E relembro, porque também foi citada a Companhia de Teatro de Almada, que é de facto uma Associação, que se não fosse a Câmara Municipal o ano passado, quando a DG Artes cortou o seu apoio a reforçar os montantes para o Festival, o Festival não se tinha realizado. Portanto, mais uma vez, eu gostava de saber quem e porquê é que andam a meter medo às pessoas, a dizer que nós estamos a cortar indiscriminadamente nos apoios.

Por fim, o caso mais preocupante do Senhor Município Manuel Gregório Fidalgo Santos. Senhor Manuel, tanto quanto sei, já trocamos mensagens com os nossos serviços sociais, penso que já se encontrou com duas das nossas funcionárias, estamos neste momento a finalizar justamente, no protocolo que fizemos com os Bombeiros, para ter casas, não são casas de abrigo, são abrigos pontuais para casos extremos e dramáticos. Lamento profundamente a sua situação, temos aí pessoas dos serviços, agradecia que pudesse ir falar com elas para tentarmos encontrar uma solução e que consiga ultrapassar este momento difícil da sua vida.”

#### **5.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só dar aqui três notas sobre o que se passou aqui.

A primeira, é mais uma vez vir aqui o STAL, fazer este triste espetáculo na Assembleia Municipal, onde mente, onde desonra aquilo que são os Agentes Sindicais e aquilo que é o Movimento Sindical.

A segunda questão, tem a ver com a questão que o Senhor Município Jorge Rocha veio aqui trazer, ler o documento do Encontro do Movimento Associativo na Cova da Piedade em que eu estive presente. Eu concordo com aquele documento, mas é preciso dizer aqui uma coisa que é muito importante. Que naquele debate, era para ter sido feito um levantamento daquilo que eram as necessidades endógenas do Movimento Associativo em Almada. E a única coisa que saiu de lá, foram críticas à Câmara Municipal de Almada. Eu pensava que ia fazer um debate, fazer uma reflexão sobre os problemas do Movimento Associativo, que me explicassem o que é que



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

se passava, termos um debate sem preconceitos, aberto, termos uma perspetiva daquilo que foi o passado, quem é que são os responsáveis que trouxeram o Movimento Associativo até aqui, nestes quarenta e um anos, que eu sei quem é que foi, sei quem que deu cabo dele, sei quem é que o trouxe aqui e quem é que lhe está a fazer o funeral. Portanto, é pena e é lamentável que nesse dia, não se tenha feito esse debate profundo sobre o Movimento Associativo, mas continuo aqui a desafiar o Jorge Rocha e o Movimento Associativo, temos que fazer um debate sobre o estado atual do Movimento Associativo e saber como é que nós chegamos aqui e como é que saímos daqui.”

### 5.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Luís Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Houve aqui intervenções que naturalmente nos deixaram preocupados, e que obviamente suscitam também aqui a nossa intervenção.

Relativamente à questão que o Movimento Associativo aqui nos trouxe, nós também estivemos nesse Encontro e lamentamos que de facto, tivéssemos tido várias leituras, mas de facto, o que se passou ali foi um debate sério, e nós aqui queremos manifestar a nossa solidariedade com o Movimento Associativo, e acompanhar as suas preocupações.

Preocupações que também acompanhamos de certo modo, pela gravidade daquilo que nos trouxeram aqui, relativamente à intervenção da Comissão Sindical.

Dizer-vos que a Lei estabelece mínimos, e obviamente que também deixa espaço aquilo que é a opção política. Mas sobretudo, queria só dizer-vos isto em nome da bancada da CDU, e transmitir-vos este nosso sentimento de solidariedade e ao mesmo tempo de desconforto. Porque quando a qualidade das relações entre trabalhadores e entidade patronal, se colocam nestes pontos, o que nós aqui deixamos, é que seja encontrado um caminho de diálogo, franco, entre todos, porque as nossas populações de Almada, assim o merecem. E, sabemos o quanto os trabalhadores nesta Câmara Municipal e nestas Autarquias, têm contribuído para o desenvolvimento de Almada, e esperamos que não haja retrocesso nesse caminho.”

### 5.2.4 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós de facto, ouvimos aqui da parte do Senhor Pedro Rebelo algumas acusações patronais bastante graves, ouvimos também a explicação por parte do Executivo, mas de qualquer forma queremos aqui manifestar a nossa solidariedade, exatamente como foi dito pelo Senhor Deputado Municipal da CDU, é bastante preocupante e esperamos que com diálogo se consiga chegar a bom porto. Apenas para mostrar a nossa solidariedade e nossa preocupação.”

**6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.**

**6.1 – O Senhor Presidente da Assembleia anunciou que deu entrada na Mesa uma candidatura para eleição de uma cidadã para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) em representação da Assembleia Municipal de Almada, que será submetida a votação no início do período da ordem do dia.**

**6.2 - Foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:**

**6.2.1- Por todas as vítimas do ciclone Idai, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN).**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Voto de Pesar Por todas as vítimas do ciclone Idai

No passado dia catorze de março, o coração de Moçambique e as regiões fronteiriças do Zimbábwe e do Malawi foram atingidos pelo ciclone tropical Idai, já descrito como “o pior desastre do hemisfério sul e um verdadeiro desastre humanitário”.



A passagem do ciclone afetou milhões de pessoas, provocando centenas de mortes. Devastou territórios inteiros e destruiu casas, escolas, hospitais, culturas, agravando assim a situação de fome, miséria e sofrimento de milhares de pessoas e animais. Os sobreviventes têm ainda de enfrentar o surto de doenças como a cólera ou a malária que crescem a um ritmo diário.

Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (INAM), este foi o sétimo ciclone tropical desta temporada, duplicando assim o valor atual para esta época do ano. A previsão dos climatologistas é a de que os fenómenos extremos se repitam cada vez mais nas próximas décadas. Todos os modelos climáticos apontam para o facto de as mudanças climáticas estarem a gerar ciclones cada vez mais poderosos, com mais energia e, portanto, mais fortes. Francisco Ferreira, ambientalista e presidente da Zero, sublinha que o Idai foi particularmente devastador, acrescentando que “a velocidade da tempestade foi superior ao expectável. A temperatura da água no Oceano Índico é hoje mais elevada, logo a evaporação do elemento líquido que alimenta a tempestade é muito superior”.

Neste momento de dor e profunda consternação, não podemos deixar de acompanhar a nossa homenagem e pesar de um momento de reflexão sobre o impacto que os nossos comportamentos quotidianos têm na sustentabilidade do planeta e nas alterações climáticas. Porque não há melhor homenagem nem pesar mais profundo e sincero do que aquele que se faz acompanhar das ações transformadoras inevitáveis. Pelo respeito por todas as vidas perdidas. Pelas vidas cuja perda não queremos ter, de novo, de chorar.

Deste modo, a Representação Municipal do Partido Pessoas-Animais-Natureza propõe que a Assembleia Municipal de Almada, na sua Sessão Ordinária de 26, 29 e 30 de abril de 2019, delibere expressar o seu pesar e solidariedade por todas as vítimas humanas e não humanas do ciclone Idai.”

**6.2.2 – Pelo falecimento de Albino Moura apresentado para Senhora Deputada Municipal Mara Martins (CDU).**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento de Albino Moura

Faleceu no passado dia 19 de abril de 2019, o Pintor, Ceramista e Poeta Albino Moura, uma figura destacada das Artes e da Cultura de Almada.

Nascido em Lisboa em 1932, o Pintor Autodidata vivia e trabalhava em Almada há mais de 40 anos.

Tendo recebido orientação artística de Fred Kradolfer e começado a expor regularmente a partir de 1959, o Autor percorreu diferentes caminhos profissionais ao longo da sua vida de criador e artista plástico, tendo trabalhado em publicidade, como designer gráfico e como ilustrador, antes de se dedicar mais intensamente à pintura, à escultura e à cerâmica.

Artista autodidata, participou em múltiplas exposições coletivas e individuais a partir dos anos 1960, mas é sobretudo após a Revolução de 25 de Abril de 1974 que a sua produção artística se concentra.

O Artista Plástico Albino Moura encontra-se representado em coleções nacionais e estrangeiras, e recebeu várias distinções ao longo da sua carreira, incluindo a Medalha de Ouro de Mérito Cultural, atribuída pela Câmara Municipal de Almada em 2006. Foi-lhe ainda atribuída a Medalha de Mérito Municipal pela Câmara Municipal do Seixal (2005) e a Medalha de Prata da Costa do Estoril (1992).

São particularmente conhecidas as figuras femininas que com traço e estilo muito próprios Albino Moura retratou nas mais diversas formas e expressões. Sobre essa opção artística de Albino Moura escreveu um dia Maria Rosa Colaço, outra grande figura das artes e da educação almadense: "são já inconfundíveis as figuras femininas de Albino Moura que crescem em paisagens tranquilas onde há uma aragem branda que nos aproxima dos deuses e da paz onde flores da terra e estrelas do céu convivem harmoniosamente".

A sensibilidade literária também não foi estranha a Albino Moura. Integrou diversos coletivos poéticos, e publicou vários livros de poesia a partir dos anos 1990. Escreveu também sobre Fred Kradolfer, tendo a sua opinião sido considerada em trabalhos de tese sobre aquele artista.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Albino Moura foi igualmente um cidadão participativo e interveniente. Como ele próprio escreveu, teve sempre presente “a luta e a conquista”. A luta, “dos trabalhadores, mulheres, homens, jovens”; as conquistas “pelos seus direitos”.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária no dia 26 de abril de 2019, delibera:

1. Apresentar à família enlutada, aos artistas plásticos almadenses e portugueses, e aos muitos amigos do Pintor Albino Moura, os mais sentidos pêsames nesta hora tão difícil em que o Homem nos deixa fisicamente, mas permanece para sempre entre nós a sua obra e o seu exemplo de vida.”

**6.2.3** – No debate usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, se me permite em nome da Câmara Municipal de Almada, também queria deixar aqui uma palavra em memória do Pintor Albino Moura, que de facto muito deu a Almada, mas também muito deu ao país.

Como sabem o ano passado, a Câmara Municipal de Almada, organizou uma exposição de retrospectiva da sua obra, no Museu da Cidade. Não pensávamos que ele nos deixasse tão cedo, fizemo-lo por admiração e por respeito e por reconhecer a generosidade dele, porque foi ele que nos veio propor esta exposição. E de facto, a sua vida sempre foi de extrema generosidade para com a Cidade de Almada. Aliás, tem um belo desenho com uma das suas mulheres com o Escudo de Almada. E, portanto, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Almada, quero expressar aqui também toda a nossa solidariedade, as nossas mais sentidas condolências à sua família, aos seus amigos e a todos os seus companheiros ao longo da vida.”

**6.2.4** – Usou ainda da palavra a Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós pedíamos que a votação pudesse ser feita separadamente dos dois votos de pesar.”

**6.2.5** - Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, tendo-se verificado os seguintes resultados:

**6.2.5.1** – O voto de pesar por todas as vítimas do ciclone Idai foi aprovado por maioria, com 33 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente; e 5 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PSD.

**6.2.3.2** – O voto de pesar por falecimento de Albino Moura foi aprovado por unanimidade.

**6.2.4** – Usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD) para apresentar uma declaração de voto.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Na reunião de dia 26 de abril foi apresentado pelo PAN - Pessoas, Animais, Natureza um Voto de Pesar "Por todas as vítimas do ciclone Idai". O voto foi aprovado com o voto contra dos eleitos do grupo municipal do PSD. A posição pública do PSD foi, desde o primeiro momento, de profunda consternação e de inequívoca solidariedade com o povo-irmão de Moçambique.

Votámos favoravelmente o voto de pesar apresentado na Assembleia da República, de resto aprovado por unanimidade.



Queremos deixar aqui inequivocamente expressa, novamente, a nossa posição de total solidariedade com o povo de Moçambique e o nosso profundo pesar pela irremediável perda humana causada pelo ciclone, a que se juntam as terríveis condições de vida no futuro próximo para os sobreviventes.

O que consideramos inaceitável, e por essa razão votámos contra o voto de pesar apresentado pelo PAN, é a forma como vítimas humanas e não-humanas são igualmente lamentadas e objeto de igual solidariedade. Acreditamos que a dignidade humana é um valor maior e que respeitá-la implica não colocar em patamar equivalente as perdas de vidas humanas, tantas delas ainda crianças, a perda de famílias inteiras, com a que resultou para animais, domésticos ou selvagens. E acreditamos ser também esse o profundo sentimento do povo-irmão de Moçambique.

**6.2.5** – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

**6.3** – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind) para fazer uma declaração política.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A minha geração não sabe o que é viver sem liberdade. Crescemos e vivemos sempre com a democracia conquistada, fez ontem 45 anos, e sobre esse dia inicial, inteiro e limpo já muito se disse e tivemos também ontem a Sessão Solene onde todas e todos estivemos ou quase, e onde o dia e as comemorações foram devidamente assinalados. Mas, se há 45 anos os ventos que sopravam eram naturalmente de esperança, hoje temos motivos muito sérios para estarmos preocupados. Mais que preocupados, temos que estar atentos e vigilantes.

Nos últimos tempos em Almada a democracia tem sido permanentemente posta em causa por sucessivos boatos e mentiras postas a circular por inúmeros perfis falsos existentes nas redes sociais, com maior prevalência para o facebook. Naturalmente que estas mentiras e estes boatos têm depois eco nas conversas de rua, nas conversas de café, nas conversas em geral.

Estes boatos e estas mentiras, em nada contribuem para a clarificação dos assuntos que são discutidos. Acima de tudo, contribuem fortemente para a degradação do debate político, lançando a confusão e provocando um ruído tão desnecessário quanto lamentável. No meio de tudo isto, fica o povo.

Os e as Múncipes que aqui representamos, e que nas duas últimas eleições autárquicas em 2013 e em 2017, decidiram abster-se maioritariamente, mais de 60% em 2013, e cerca de 58% em 2017, são bem demonstrativos do alheamento das populações. A propagação dos boatos, o clima de constante guerrilha política que vivemos e que fomos testemunhas privilegiadas aqui hoje, de nada servem a um Concelho que tem tantos problemas por resolver. Enquanto isso as populações esperam e desesperam por soluções para os mais variados problemas como a habitação a surgir à cabeça de todos eles. Se nada fizermos para melhorar as vidas de quem vive em cada um dos vários guetos existentes em Almada, bem podemos brandir os cravos e fazer discursos bonitinhos, uns mais inflamados que outros, que podemos ter a certeza que falhamos às pessoas e às suas mais que justas expectativas por uma vida melhor. Com isso, podemos também ter a certeza de que não pararemos a abstenção, nem contribuiremos para uma maior credibilização das instituições democráticas. Até ao dia, em que o povo decidir entregar o seu voto ao primeiro populista que por aqui aparecer. Ai será tarde demais e de nada nos valerão as lamentações, seremos todos e todas responsáveis, tenhamos ou não consciência disso.”

**6.4** – Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, usaram da palavra para apresentarem documentos para votação os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

**6.3.1** – A Senhora Deputada Municipal Vanda Silva (PS), para apresentar um documento sobre “inauguração da EB de Sta. Maria da Charneca da Caparica”;

**6.3.1.1** – A Senhora Deputada Municipal Vanda Silva (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Inauguração da EB de Stª Maria da Charneca da Caparica



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

No passado dia 11 de março foi, finalmente, inaugurada aquela que é a maior Escola Básica do Concelho de Almada e também a mais aguardada pela população da Charneca da Caparica.

Após longos meses de impasse, o atual executivo conseguiu que a empreitada fosse concluída com sucesso. A obra, que esteve em vias de não ser concluída, ascendeu a mais de dois milhões de euros e irá dar resposta a uma necessidade há muito sentida no nosso concelho, mais concretamente na Freguesia da Charneca/Sobreda, por ser aquela que mais tem vindo a crescer, nos últimos anos. Trata-se de uma zona em franca expansão que acolhe famílias jovens, com filhos em idade escolar, o que justificou o investimento e a construção de um novo equipamento.

A EB de St<sup>a</sup> Maria da Charneca está preparada para receber mais de 350 alunos, contando com 12 salas de aula para o 1<sup>o</sup> ciclo e 3 para o pré-escolar. Conta ainda com um refeitório, cozinha, biblioteca, sala polivalente/ginásio, gabinetes de apoio, salas de trabalho para professores e outros técnicos.

Para o Partido Socialista, inaugurar uma escola com as características atrás enunciadas, tem um significado especial pois todos sabemos o quão difícil foi concluir a obra. Para o Partido Socialista, que tem apostado fortemente na educação e na escola pública de qualidade, a construção de um equipamento voltado para o futuro, dotado de extraordinárias condições para o desenvolvimento das aprendizagens, alicerçadas em projetos pedagógicos inovadores, como é prova o “Read On”, desenvolvido no Agrupamento de Escolas Carlos Gargaté e do qual faz parte a escola agora inaugurada, é uma conquista também de abril.

Para o Partido Socialista a Educação é, e será sempre, a maior arma de um povo e a melhor forma de mudar o Mundo! Assim, gostaríamos de saudar a senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada, Inês de Medeiros e o seu Vice- Presidente João Couvaneiro, pela inauguração deste novo equipamento que propiciará, certamente momentos aprendizagem significativos, integradores, inclusivos e inovadores.”

**6.4.2 – A Senhora Deputada Municipal Marina Lopes (PSD) para apresentar a moção “urgências pediátricas do Hospital Garcia de Orta”;**

6.4.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Marina Lopes (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Urgências Pediátricas do Hospital Garcia de Orta

Desde o início do ano que a urgência pediátrica do Hospital Garcia de Orta, fruto da falta de médicos, enfermeiros e pessoal auxiliar se encontra perto da rutura operacional sem que a Administração do Hospital resolva um problema que a todos afeta.

São sucessivas as notícias acerca da possibilidade de encerramento das urgências e de funcionamento desadequado conforme com as boas práticas, tendo redundado no passado dia 15 de Abril de 2019, com a exigência do Presidente do Conselho Regional do Sul da Ordem dos Médicos, Alexandre Valentim Lourenço, ao explicar que, *"aquilo deveria ter três especialistas a funcionar e a informação que nós temos é que, normalmente, tem um especialista mais dois internos e, muitas vezes, a substituição é um médico de medicina geral e familiar e não propriamente um especialista de pediatria que não é sequer do hospital, ou seja, não conhece as rotinas, não conhece os protocolos, não conhece o sítio onde estão as coisas e vai fazer o seu melhor, certamente, mas não está integrado numa equipa. A criança será atendida, mas seria muito melhor atendida e em muito melhores condições se o serviço estivesse a trabalhar dentro da normalidade"*.

Prosseguindo este referindo que, *"os médicos especialistas do Garcia da Orta já fazem, pelo menos, 48 horas de urgência. Fazem sete a oito bancos por mês para poderem tapar as escalas, quando deviam fazer 12 horas por semana e, por isso, esta situação tem-se arrastado de uma forma que não é para nós aceitável. Há aqui uma clara incompetência em gerir recursos humanos. Numa altura em que a pediatria falha em todo o lado, os outros serviços têm conseguido geri-los de uma forma mais adequada do que esta que tem preocupado os utentes, os sindicatos, a Ordem dos Médicos e os próprios enfermeiros"*.



Para concluir, dizendo que, *"eu creio certamente que se não houver profissionais ela terá de fechar, ou terá de fechar parcialmente durante a noite ou alguns dias durante a semana. Aí, a situação dos outros hospitais - que já não é fácil - será certamente agravada. Nós não podemos escolher as horas ou os dias da semana em que uma criança pode adoecer nos concelhos de Almada, ou do Seixal, ou de Sesimbra"*.

Por tudo isto, mas acima de tudo pela garantia de uma gestão hospitalar eficiente e competente é urgente que se assegure a sua missão de serviço e segurança das populações, nomeadamente a população mais jovem e infantil.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida na sessão ordinária de 26 de Abril de 2019, delibera o seguinte:

- 1) Que se efetue um pedido de informação por escrito sobre o estado atual e perspetivas futuras da urgência pediátrica do Hospital Garcia da Orta;
- 2) Que se exija da Administração do Hospital Garcia da Orta uma solução célere para a falta de recursos humanos;"

**6.4.3 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar a moção "Almada integradora - Gerontologia";**

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Almada integradora - Gerontologia

Acompanhando a crise demográfica e de natalidade que é praticamente similar em todo o país, espera-se que daqui a algumas décadas, se nada for feito, Almada, comparativamente à população juvenil, mantendo-se a baixa natalidade, encontrará uma pirâmide cada vez mais desequilibrada acarretando com isso, os já esperados problemas para a sociedade.

Almada, ao que tudo indica, não será exceção. A juntar à atual predominância de pessoas consideradas como idosas no concelho, leva a que os decisores políticos e as instituições com responsabilidades na matéria tenham a missão acrescida de acautelar e direcionar medidas para que essas mesmas pessoas possam ter uma qualidade de vida adequada e saudável à sua condição natural.

O aumento da esperança média de vida nos dias de hoje, é, com certeza, fruto ao aumento da qualidade e do desenvolvimento da medicina, dos hábitos de vida mais cuidados, mais informação, e, apesar de muito ainda estar em falta, da proximidade dos cuidados médicos elementares que possibilitam um maior e mais rápido acesso aos mesmos.

Todavia, não obstante estas mudanças significativas na sociedade que levam a um aumento da qualidade e da esperança média de vida, os cenários conhecidos e a informação a que todos os dias temos acesso, denota-se, por inúmeros fatores, pessoas de idade avançada com condições precárias de vida e no limite da pobreza, o que deixa uma necessidade acrescida e redobrada da criação de medidas e condições que beneficiem os mais idosos.

Assim, é demasiado frequente o conhecimento que se tem de constantes maus-tratos, do abandono, da falta de apoios a vários níveis, dos estigmas sociais e culturais, da solidão, da falta de oportunidades, das carências nutritivas, a ausência de cuidados médicos básicos como um simples medicamento ou cuidados de enfermagem, tornando-se estes responsáveis pela discriminação social a que os idosos muitas das vezes estão votados.

Apesar do papel fundamental das Misericórdias, dos Centros de Dia, das Universidades Sêniores, das Paróquias, das Juntas de Freguesia e mesmo dos apoios das autarquias entre as demais instituições que denotam um trabalho inequivocamente meritório na ajuda aos mais idosos, muito há por fazer e diligenciar para que a população idosa possa atingir a qualidade de vida plena que por naturalidade tem direito.

Para tal, é imperioso, que também as autarquias possam em complementaridade com o Estado, criar condições para a implementação de mais medidas que protejam a população de idade mais avançada.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O levantamento das suas características, o acompanhamento constante das suas necessidades tal como uma intervenção capaz de dar resposta às necessidades e à resolução dos seus problemas, é o papel principal que as autarquias do futuro devem ter na comunidade com o objetivo de nivelar por cima a qualidade de vida que é dada a todos.

Não excluindo, antes pelo contrário, devendo ser complemento, as políticas de natalidade e de maternidade exequíveis e douradoras a implementar com o objetivo de fixar mais casais jovens e incentivar à natalidade em cada concelho, as políticas viradas para os mais velhos têm de ser prioritárias e desenvolvidas quer para minimizar os casos atuais identificados quer para minimizar impactos negativos de futuro preparando no presente a sua qualidade de vida.

Todas estas necessidades devem resultar de um plano municipal abrangente e participado com a maior envolvimento não só das autarquias, mas de todos os quadrantes da sociedade local onde os voluntários e, por exemplo, os cuidadores locais vejam implementada e reforçada a sua ação tendo em conta a proximidade e a permanência que os mesmos têm junto dos idosos.

A assistência constante, o contacto e o diálogo, a afetividade, a informação, o acompanhamento e a proteção deve ser salvaguardado e garantido por parte daqueles que podem tomar decisões e que acabam por ter nas suas mãos a melhoria da qualidade de vida dos idosos.

Desta feita, tendo em conta os considerados atrás inumerados, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 26 e 29 e 30 de abril na localidade da Charneca de Caparica, vem por este meio, defender o reforço das políticas locais direcionadas para a proteção, os cuidados e o aumento da qualidade de vida dos seus idosos tal como reconhecer o papel imprescindível que os mesmos têm junto da comunidade fruto da sua experiência de vida.

Reconhecer ainda o papel que a autarquia, as freguesias, as misericórdias, as universidades séniores e as demais instituições e entidades do concelho de Almada, têm tido na procura de uma melhor qualidade de vida, de bem-estar e de integração social e comunitária dos seus idosos.”

**6.4.4 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar a moção “devolver o Castelo de Almada à cidade”;**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Devolver o Castelo de Almada à cidade

O Castelo de Almada, monumento emblemático que é parte integrante, inclusive, da bandeira do município, tem um valor histórico-cultural inqualificável para a cidade e para o país.

Com uma vista ímpar e privilegiada sobre o Rio Tejo e a cidade de Lisboa, o monumento em questão faz parte do imaginário da História portuguesa tendo sofrido ao longo dos tempos alterações significativas quer na sua composição arquitetónica quer nos fins a que o mesmo se destina.

A sua génese primária remonta aos tempos da expansão dos povos do Oriente e às Reconquistas cristãs de Afonso Henriques, 1º Rei de Portugal, até que D. Sancho I, outorga aquele que seria o compendio de regras, deveres e privilégios atribuídos aos seus habitantes e toda a comunidade local através do seu Foral, decorria o ano, segunda reza a História, de 1190.

Pelo meio até aos dias de hoje, o mesmo monumento foi palco de ações militares no decorrer da guerra fratricida de D. Pedro e D. Miguel, servindo mais uma vez, o castelo de Almada, como guarida das partes em conflito, marcando para sempre a História local.

No presente, o castelo de Almada, serve de quartel ao Regimento Territorial da Guarda Nacional República (GNR) que entrincheirada nas muralhas do mesmo monumento e nas ruas sinuosas e estreitas de Almada velha, vê também, a sua operacionalidade diminuída nomeadamente no que concerne ao espaço territorial e jurisdicional da mesma força de segurança.



Em suma, a manutenção desta situação não é benéfica nem para a população de Almada que olha para o castelo como um espaço privilegiado onde a cultura, o lazer, a História e o turismo teriam melhor acolhimento, tal como não é benéfico para uma força de segurança que pode ter num outro espaço melhores e modernas condições de operacionalidade adaptada à sua realidade.

Há muito que os almadenses manifestam a intenção de recuperar para a cidade o castelo de Almada, passando a GNR a albergar um outro espaço dentro do concelho de Almada na sua área jurisdicional, a fim de que o castelo tenha a sua função devida e traga para o concelho mais cultura e mais visitantes.

A Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 26, 29 e 30 de abril na localidade da Charneca de Caparica, vem por este meio, manifestar:

- 1- o mais profundo desejo de que o Castelo de Almada passe, o mais breve possível, a ter uma função cultural e turística, devolvendo toda a importância histórica que o mesmo tem para a cidade e para os almadenses;
- 2- que a tutela possa providenciar, o mais breve possível, um espaço alternativo e adequado dentro do concelho para sediar o Comando Territorial Distrital que se encontra de momento no Castelo de Almada, libertando o mesmo para fins culturais e turísticos.”

**6.4.5 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN), para apresentar a recomendação “redução da sinistralidade no concelho de Almada”;**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Redução da Sinistralidade no Concelho de Almada

Considerando que:

- a) Em 2017, segundo dados da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), 77% dos acidentes com vítimas registaram-se dentro das localidades, um sinal de que os municípios precisam de adaptar os seus espaços urbanos e torná-los mais seguros. O Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, afirma que “Portugal tem números absolutamente inaceitáveis de atropelamentos e acidentes graves em áreas urbanas” (Observador, 2018);
- b) Segundo a ANSR, em 2017 registaram-se 130.157 acidentes rodoviários, mais 2.947 do que em 2016, que provocaram 509 mortos, mais 64 do que no ano anterior, tendo-se também verificado um aumento do número de feridos graves. Os distritos com mais vítimas mortais são o Porto, seguido de Setúbal e Lisboa;
- c) O distrito de Setúbal situa-se assim no topo da sinistralidade rodoviária e, no distrito, o Concelho de Almada é aquele que apresenta o maior número de acidentes com vítimas, situação que se tem vindo a acentuar nos últimos anos. Em 2015 registaram-se 369; em 2016, 396 e em 2017, 454 acidentes com vítimas em Almada, num total de 2503 acidentes no distrito de Setúbal;
- d) Ao olharmos para a listagem dos acidentes com mortos e/ou feridos graves segundo a localização, disponibilizada pela ANSR, verificamos que ao longo dos anos se repetem acidentes graves em determinadas estradas. Vejamos alguns casos no período entre 2013 e 2017:
  - i. A2: 7 acidentes graves (2014 – atropelamento de peões; 2015 – despiste; 2016 e 2017 – várias colisões graves);
  - ii. Avenida 23 de Julho: 7 acidentes graves (2015 – atropelamento de peões; 2016 – atropelamentos de peões; 2017 – atropelamentos de peões e colisão);
  - iii. IC 20 – 7 acidentes graves (2013 – atropelamento de peões; 2014 – colisão; 2016 – atropelamentos de peões e despiste; 2017 – colisões);
  - iv. EN10-1: 5 acidentes graves (2014 e 2015 – colisões frontais; 2016 – atropelamento de peões; 2017 – colisões e despiste)



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- v. Avenida Arsenal do Alfeite: 3 acidentes graves (2014 – atropelamento de peões; 2016 – atropelamento de peões e colisão frontal)
  - vi. Rua António Andrade: 2 acidentes graves (2013 – atropelamento de peões; 2017 – colisão);
  - vii. Estrada da Algazarra: 2 acidentes graves (2013 – atropelamento de peões e despiste com capotamento).
- e) Os dados da sinistralidade no concelho são reveladores da necessidade de medidas urgentes para a redução de acidentes com vítimas e para a acautelar a segurança da mobilidade na cidade;
- f) O Decreto-Lei n.º 100/2018 que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação, salienta o papel fundamental dos municípios na administração das estradas sob a sua gestão, face à sua relação de proximidade, potenciando assim as melhores condições de segurança e circulação dos seus utilizadores.

Face ao exposto, vem a Representação Municipal do Partido Pessoas-Animais-Natureza propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 26, 29 e 30 de abril de 2019, delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada:

1. Levantamento das estradas com maior risco de sinistralidade para reforço da colocação de lombas rodoviárias, passadeiras, e semáforos limitadores de velocidade nomeadamente em retas e estradas com várias interseções e de reduzida visibilidade;
2. Criação de uma base de dados georreferenciada com os dados da sinistralidade pedonal;
3. Realização de campanhas de sensibilização para os perigos da velocidade e dos comportamentos de risco.”

**6.4.6 – A Senhora Deputada Municipal Fátima Marras (BE), para apresentar a “saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio”;**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio

Há 45 anos, no dia 25 de Abril de 1974, a ação militar desencadeada pelos capitães de Abril fez ruir a ditadura do Estado Novo. Foi o fim da PIDE, da censura e da guerra colonial. Foram libertados os presos políticos, o parlamento e o poder local passaram a ser eleitos pela vontade popular. Depois, foi um tempo de lutas para concretizar muitos dos anseios populares: o direito à habitação, à educação, criação do Serviço Nacional de Saúde, do salário mínimo nacional e das pensões de reforma, pela dignidade de quem trabalha.

Quarenta e cinco anos depois daquela manhã libertadora que transformou Portugal, as regiões administrativas, uma das três autarquias previstas no artigo 238º da Constituição da República Portuguesa, ainda não foram criadas. As outras duas autarquias locais, as freguesias e os municípios, continuam a não ter as competências necessárias para responderem da melhor forma aos problemas das populações. E os meios financeiros atribuídos às autarquias não têm respeitado a Lei das Finanças Locais.

No próximo 1º de Maio assinalam-se os acontecimentos de Chicago, as manifestações pela redução da jornada de trabalho diária para as 8 horas. Assim nasceu o Dia Internacional do Trabalhador.

Em Portugal, neste 1º de Maio de 2019 estamos num tempo novo, de valorizar o trabalho e quem trabalha, criar emprego digno, combater a precariedade e os baixos salários. Estamos no tempo de reverter os ataques aos direitos dos trabalhadores e a estagnação das carreiras em resultado das políticas neoliberais.

É tempo de repor condições de trabalho dignas, combater o trabalho precário e reconquistar direitos sociais e laborais. É tempo de dinamizar a contratação coletiva. O Dia Mundial do Trabalhador será assinalado por jornadas de luta em muitos países por melhores salários e condições de vida, por pensões dignas e pelo fim da precariedade, enfrentando as políticas da Comissão Europeia e do BCE contra o mundo do trabalho.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária em 26 de abril de 2019, delibera:



– Saudar o dia 25 de Abril de 1974 que pôs fim à guerra colonial, à censura e à ditadura fascista do Estado Novo e saudar também o 1.º de Maio, pela negociação coletiva, pelo aumento de salários, contra a precariedade, por emprego digno e com direitos.”

**6.4.7** – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino (BE), para apresentar o “voto de solidariedade – greve dos trabalhadores da TST”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Greve dos Trabalhadores da TST

Durante longos e difíceis anos, os trabalhadores da Transportes Sul do Tejo (TST) têm denunciado as condições difíceis e degradantes em que trabalham: salários inferiores à média dos salários na sua atividade profissional, o não-pagamento da totalidade das horas extraordinárias, horas de trabalho diário que excedem largamente o horário normal laboral e abusos na definição da escala de turnos. Estas são apenas algumas das razões denunciadas pelos trabalhadores, demonstrativas das enormes dificuldades destes profissionais no exercício da sua atividade.

Para além desta realidade, são também várias as denúncias que visam sobretudo a falta de segurança dos autocarros, tanto para os motoristas como para os utentes, sendo aliás exemplo disso a frequência com que são noticiados incêndios em autocarros dos TST durante o serviço de transporte.

Assim, os trabalhadores da empresa TST decidiram realizar um plenário geral de trabalhadores a 8 de fevereiro de 2019, de acordo com o caderno reivindicativo aprovado pela Comissão de Trabalhadores e por todos os sindicatos (SITRA, STRUP e SNM). Após discussão foi deliberado por unanimidade dar um prazo de 15 dias à administração da empresa para formalizar uma resposta, caso contrário seria marcada mensalmente uma greve de 48 horas.

Desde esse dia, a administração tem-se mostrado absolutamente indisponível para falar com os trabalhadores e aceder a qualquer ponto do caderno reivindicativo.

Nesse seguimento, e como decidido por unanimidade, os trabalhadores têm efetivado os dois dias mensais de uma greve difícil e com consequências diretas nas suas vidas.

O município de Almada não pode ficar alheio a esta luta dos trabalhadores da TST, na certeza de que a melhoria das suas condições de trabalho também significa uma promoção da qualidade do serviço prestado a milhares de almadenses que todos os dias dependem desta empresa de transportes coletivos.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 26 de abril de 2019, delibera:

- 1) Afirmar a sua total solidariedade com os trabalhadores da TST e a sua respetiva luta;
- 2) Recomendar à Câmara Municipal de Almada que promova contactos com a administração da empresa no sentido de melhorar o serviço prestado e as condições de trabalho dos seus trabalhadores.”

**6.4.8** – O Senhor Deputado Municipal Carlos Revés (CDU), para apresentar a moção/deliberação “alargamento do passe intermodal”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Alargamento do Passe Social Intermodal

No passado dia 1 de abril entraram em vigor os novos Passes Sociais Intermodais para a Área Metropolitana de Lisboa, abrangendo naturalmente o Concelho de Almada.

Após muitos anos de luta e insistência – a primeira proposta, apresentada na Assembleia da República, para criação de um passe social intermodal alargado a toda a Área Metropolitana de Lisboa e a todos os operadores de transportes públicos data de 1997 –, a reivindicação e a mobilização dos utentes e das suas comissões em Almada, complementada pela tomada de posições e deliberações nos órgãos das autarquias locais, Assembleia Municipal de Almada, Câmara Municipal e Assembleias de Freguesia, sobre a necessidade de avançar no sentido



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

da criação deste passe social intermodal, sem custos adicionais para os utentes, foram determinantes para que a Assembleia da República e o Governo corporizassem a sua criação em 2018, decisão de enorme alcance e significado.

O novo passe social intermodal é mais barato, é válido em toda a Área Metropolitana de Lisboa e pode ser utilizado em todos os operadores e meios de transporte que operam nos territórios dos 18 Municípios que integram este espaço geográfico.

A entrada em vigor dos novos passes sociais e dos novos preços, representa para mais de três milhões de utentes potenciais que residem, trabalham ou estudam na Área Metropolitana de Lisboa, não apenas uma poupança mensal muito significativa nos orçamentos familiares, mas igualmente um muito superior incentivo à utilização do transporte público ao nível da mobilidade de cada um.

Esta nova realidade traduz um grande avanço no que respeita à defesa do uso do transporte público, a um aumento da liberdade de circulação, ao ganho económico efetivo dos rendimentos auferidos por muitos milhares de famílias, e aos impactos ambientais positivos que a previsível redução da utilização intensiva do transporte individual não deixará de representar.

Mas é necessário, agora, ir mais longe. É necessário que o Estado assegure o imprescindível investimento na modernização e aumento da oferta, que corresponda de forma plena e eficaz ao expectável e já real aumento da procura dos transportes públicos.

E é necessário, igualmente, alargar a aplicação desta medida a todo o território nacional, garantindo condições semelhantes em todas as regiões do País.

E é necessário, finalmente, garantir que o Estado assuma o financiamento desta importante medida em sede de Orçamento de Estado de modo a tornar permanente e obrigatória a sua aplicação.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária no dia 26 de abril de 2019, delibere:

1. Saudar vivamente a entrada em vigor dos novos Passes Sociais Intermodais na Área Metropolitana de Lisboa.
2. Exigir ao Governo da República que assegure o imprescindível financiamento à manutenção e renovação das frotas, conduzindo à melhoria da capacidade de oferta de transportes públicos ferroviários, fluviais e rodoviários, para corresponder ao crescimento da procura que a introdução dos novos passes sociais suscita já neste momento.
3. Expressar a necessidade de alargamento da medida adotada na Área Metropolitana de Lisboa a todo o território nacional, de modo a garantir a igualdade de oportunidades e condições em todas as regiões do País.”

**6.4.9** – A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Carvalho (CDU), para apresentar o documento “pelo reforço do serviço nacional de saúde”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Pelo reforço do Serviço Nacional de Saúde

O Serviço Nacional de Saúde, conquista do 25 de Abril de 1974, consagrado na Constituição da República Portuguesa, obriga

criado há 40 Aniversário do Serviço Nacional de Saúde, uma das grandes conquistas do Povo Português com a Revolução de Abril que o texto constitucional justamente consagra.

Conferindo expressão concreta à determinação constitucional que garante a todos os cidadãos o direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover, dever assegurado por um serviço nacional de saúde universal e geral e tendencialmente gratuito, o Serviço Nacional de Saúde criado em 1979 assumiu, nestes



quarenta anos decorridos, um papel e uma importância centrais e insubstituíveis na vida coletiva dos portugueses.

Não obstante os violentos ataques de que tem sido alvo ao longo destas quatro décadas, destacando-se a política de desinvestimento continuada nos recursos humanos, técnicos e materiais colocados ao serviço das populações, associada a uma política de proteção e benefício de interesses privados, o Serviço Nacional de Saúde tem conseguido resistir às sucessivas tentativas de descaracterização, e até de extinção, que aquelas políticas visam alcançar.

A defesa do Serviço Nacional de Saúde no exato quadro constitucional em vigor, constitui uma necessidade para todos os portugueses e portuguesas. Impõe-se, por isso, a aprovação de uma nova Lei de Bases da Saúde capaz de defender e valorizar um Serviço Nacional de Saúde solidamente assente nos pilares constitucionais que determinam a sua existência, assegurando designadamente a inversão da política de desinvestimento prosseguida há várias décadas neste domínio.

A realidade demonstra que temos necessidades urgente de uma política de recursos humanos que evite a fuga para o setor privado de recursos humanos especializados em diferentes áreas e especialidades médicas e outros profissionais de saúde, que deem resposta às reais necessidades dos utentes.

Na atual legislatura foi possível alcançar melhorias ao nível da prestação de cuidados de saúde às populações. Mas essas melhorias não são, ainda, suficientes para assegurar plenamente a qualidade da resposta às reais necessidades dos utentes que a Constituição da República impõe ao Serviço Nacional de Saúde.

Todavia, a realidade do Hospital Garcia de Orta, com o recente episódio que o Serviço de Pediatria está a viver, e as dificuldades sentidas noutros serviços daquele Hospital, confirmam de forma inquestionável a absoluta e urgente necessidade de aumentar o investimento nos recursos humanos – médicos, enfermeiros e pessoal auxiliar – e equipamento técnico das unidades de saúde que integram o Serviço Nacional de Saúde, e em particular, no que diz respeito a Almada, do Hospital Garcia de Orta.

Nestes termos, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária no dia 26 de abril de 2019, delibere:

1. Saudar vivamente o Serviço Nacional de Saúde nos quarenta anos que se cumprem sobre a sua fundação e serviço prestado aos portugueses.
2. Expressar preocupação pela insuficiência da prestação de cuidados de saúde aos utentes, em particular no que respeita ao Serviço de Pediatria do Hospital Garcia de Orta, um serviço que justamente se tornou numa referência nacional pela excelência dos cuidados de saúde prestados.
3. Exigir a dotação de todos os serviços do Hospital Garcia de Orta dos meios, recursos humanos e equipamentos técnicos essenciais e indispensáveis à garantia de máxima qualidade na prestação dos cuidados de saúde a que os Almadenses têm direito.
4. Exigir, em conformidade, a rápida adoção das necessárias medidas de correção das dificuldades atualmente sentidas pelo Serviço de Pediatria do Hospital Garcia de Orta, particularmente no que respeita ao número de médicos em serviço naquela unidade hospitalar, de modo a garantir o funcionamento pleno de uma urgência pediátrica em Almada.”

**6.4.10 – A Senhora Deputada Municipal Sónia Silva (CDU), para apresentar a moção/deliberação “saudação à luta das novas gerações pela solução dos problemas ambientais”;**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Saudação à luta das novas gerações pela solução dos problemas ambientais

No passado dia 15 de março, milhares de jovens portugueses participaram em ações em diversos pontos do país reclamando medidas para os problemas ambientais e para defesa do Planeta.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Sendo expressão de uma ação internacional de grande dimensão, e apesar de enquadrar invocações contraditórias, aquela iniciativa revelou a disponibilidade das jovens gerações para a denúncia e a ação relativamente aos graves problemas ambientais com que hoje o mundo se confronta, particularmente a depredação dos recursos naturais à escala global em resultado do modo de produção capitalista.

A apropriação dos recursos naturais em geral por grandes grupos económicos e financeiros; a sua mercantilização e exploração colocando o seu valor ecológico e correspondente valor social submetidos ao lucro; a chantagem, agressão e guerra contra povos e países para dominar os seus recursos naturais, incluindo os energéticos, com uma utilização e saque indiscriminados, ameaçam a biodiversidade, a sobrevivência da espécie humana e a própria subsistência do planeta.

Os problemas ambientais não encontrarão resposta em soluções que apenas apontam o recurso à tecnologia, a mecanismos financeiros e especulativos e à taxação de comportamentos individuais, sobrecarregando camadas mais empobrecidas.

A ação dos povos e a intervenção dos Estados são decisivas para a defesa do Planeta, da biodiversidade, do meio ambiente, da sustentabilidade da utilização dos recursos naturais para satisfação das necessidades sociais.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 26, 29 e 30 de abril de 2019, delibere:

1. Saudar os jovens que participaram nas ações em defesa do meio ambiente no dia 15 de março de 2019.
2. Exortar todos os jovens, e os cidadãos em geral, a prosseguir a luta contra a mercantilização da natureza, pela exigência de reforço dos meios do Estado para desenvolver uma verdadeira política de defesa do equilíbrio da natureza, pelo reforço de medidas que aumentem a eficiência energética e que desenvolvam alternativas energéticas de domínio público.”

**6.4.11** – A Senhora Deputada Municipal Aurora Almeida (CDU), para apresentar a moção/saudação “1º de Maio – dia internacional do trabalhador”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

1º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador

A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um ato de emancipação social e nacional, cujo 45º aniversário ontem comemoramos.

A defesa dos valores de Abril exige a todos os cidadãos, e aos trabalhadores em particular, uma decidida ação e intervenção para que a liberdade e os direitos conquistados, não sejam postos em causa.

O 1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, deve ser um momento de afirmação da convergência e unidade dos trabalhadores e do povo português em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.

O 1º de Maio deve ser também um momento de resistência e luta contra os que querem destruir Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal. O 1º de Maio deve ser momento de afirmação de que é possível avançar na reposição do que ainda falta e na conquista de mais direitos laborais.

Saudamos o 45º aniversário do primeiro 1º de Maio vivido em liberdade pelos trabalhadores portugueses.

Reafirmamos, neste quadro, a necessidade de unidade dos trabalhadores na luta pela alteração da legislação laboral em vigor, designadamente no que se refere à reposição do princípio do tratamento mais favorável dos trabalhadores, à diminuição da duração do período experimental, à defesa da contratação coletiva, dos direitos sociais, e dos direitos sindicais dos trabalhadores e seus representantes nos locais de trabalho, nomeadamente a manutenção e salvaguarda do direito constitucional à greve.

Unidade dos trabalhadores igualmente necessária na luta pelo aumento dos salários e pela diminuição do horário de trabalho, pela generalização das 35 horas de trabalho semanal a toda a administração pública e sua aplicação de igual modo ao setor privado.



Foi a luta de décadas dos trabalhadores em defesa dos valores de Abril e pelo direito ao trabalho com direitos, que contribuiu decisivamente para a derrota e de forma determinada para afastar o PSD/CDS-PP do governo, contribuindo para um novo quadro político na Assembleia da República que permitiu dar início a um processo de reposição, ainda que limitado, dos salários e dos direitos que tinham sido retirados.

Celebrar o 25 de Abril lutando no 1º de Maio significa, por isso também, afirmar a necessidade de uma política que dignifique o trabalho e os trabalhadores, e que materialize as soluções necessárias aos problemas do povo e do País.

Com o contínuo agravamento da precariedade no trabalho, tanto os trabalhadores do sector privado como do sector público, foram confrontados com instabilidades e inseguranças, reduções salariais significativas e perda de direitos individuais e coletivos, realidade que atingiu especialmente os mais jovens. É tempo de se aprofundar a luta contra este verdadeiro flagelo social, porque não havendo emprego estável não há projeto de vida possível.

É preciso e é possível avançar mais; é preciso continuar a travar e inverter a degradação dos serviços públicos, assim como é necessário valorizar e aumentar os salários no sector público e no sector privado, incluindo o Salário Mínimo Nacional.

Face ao exposto, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 26, 29 e 30 de abril de 2019, delibere:

1. Saudar as comemorações do 1º de Maio e todos os trabalhadores, sublinhando a exigência de uma legislação laboral de progresso e a favor dos trabalhadores, que abra caminho a uma política que sirva Portugal e o povo português.
2. Apelar à mais ampla participação nas comemorações do 1º de Maio, contributo fundamental na defesa das conquistas e direitos, reforçando a exigência de novos avanços nos direitos dos trabalhadores.”

**6.4.12** – A Senhora Deputada Municipal Ana Salvado (PS), para apresentar documento “programa Qualifica e a educação de adultos”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Programa Qualifica e a educação de adultos

O atual Governo elegeu a qualificação da população portuguesa como primeiro eixo do Programa Nacional de Reformas e estabeleceu como prioridade política a revitalização da educação e formação de adultos, enquanto pilar central do sistema de qualificações, assegurando a continuidade das políticas de aprendizagem ao longo da vida. Nesse contexto, o executivo lançou em 2016 o Programa Qualifica, desempenhando um papel central neste domínio, enquanto estratégia para relançar a educação e formação de adultos e para voltar a fazer dela uma prioridade nacional, considerando que nos anos anteriores, por vontade igualmente governativa, este objetivo não foi politicamente considerado.

São milhares de adultos que importa mobilizar atendendo a que o nível de habilitações da população ativa portuguesa mantém-se aquém dos níveis médios europeus e das metas que foram estabelecidas no âmbito da Estratégia Europa 2020 que neste domínio implica que pelo menos metade da população ativa tenha pelo menos o ensino secundário. A importância do nível de qualificações da população, para além de ser considerado um dos indicadores estruturantes da qualidade de vida da população e dos níveis de coesão social é também um fator decisivo para a economia do país e para o seu nível de competitividade.

Segundo dados recentes, a propósito do balanço dos primeiros dois anos do Programa Qualifica que se realizou há duas semanas, mais de 315 mil pessoas inscreveram-se no Programa Qualifica durante os dois primeiros anos de execução ultrapassando assim a meta anual de 145 mil previstas no Programa Nacional de Reformas que tem o objetivo de alcançar as 600 mil pessoas até 2020. Para este objetivo concorre atualmente uma rede de 300 Centros Qualifica em todo o país.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Mas não só no plano nacional se devem implementar estratégias e políticas públicas de promoção do bem-estar da população. Também no plano local e municipal este tipo de objetivos e de estratégias devem ser prosseguidas e incentivadas

É necessário repensar o modo como localmente nos posicionamos para ser contribuintes ativos para uma causa que pertence a todos. Chegar aos adultos com baixas qualificações implica traçar caminhos que passam por mobilizar vários agentes, por reforçar a comunicação e adotar formas simples de comunicar a importância da formação e da aprendizagem ao longo da vida.

Assim, e porque a Câmara Municipal de Almada previu em sede das Grandes Opções do Plano, uma linha concreta de atuação nesta área que vai ao encontro deste desígnio nacional, o Partido Socialista, reunido em Assembleia Municipal em sessão ordinária no dia 26 de Abril de 2019, delibera:

- Saudar a iniciativa da CMA pelo conjunto de medidas implementadas e que tem vindo a desenvolver deste que tomou posse em outubro de 2017, pondo em prática aquilo que prometeu no seu Programa eleitoral, em particular a criação de um Plano Municipal de Promoção de Educação de Adultos como espaço de agregação e divulgação da oferta de educação de adultos; o acolhimento do 4º Congresso da Associação para a Educação e Formação de Adultos, o programa de alfabetização para a Trafaria e o 2º Torrão em parceria com Junta de Freguesia, Santa Casa da Misericórdia de Almada e Agrupamento da Trafaria e o CQ da Escola Cacilhas Tejo, e a promoção de ações de formação de adultos no âmbito do Plano Municipal para a Qualificação e Emprego que implicou o envolvimento expressivo de 500 formandos.
- Recomendar à CMA que comunique de forma regular e pelos meios que considere mais adequados o esforço e os resultados que as entidades envolvidas no nosso território e que são abrangidas pelo Programa Qualifica têm atingido, entre eles, o número de pessoas envolvidas em processos de reconhecimento e certificação de competências, o número de inscritos e de certificados no âmbito dos CQ e destacando em particular aqueles que são funcionários da Câmara Municipal.”

**6.4.13** – A Senhora Deputada Municipal Débora Rodrigues (PS), para apresentar documento “orçamento participativo jovem”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Orçamento Participativo Jovem

A 24 de setembro de 2015, em Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, foi aprovada uma moção/deliberação, apresentada pelo Partido Socialista, com os votos favoráveis de todos os deputados municipais, com exceção dos eleitos pela bancada da CDU que votaram contra, intitulada “Orçamento Participativo Jovem”.

Foi através desta iniciativa do Partido Socialista que se deu início, ainda durante o anterior mandato autárquico, ao processo tendente à criação de um Orçamento Participativo Jovem (OPJ) no concelho de Almada, cuja execução se encontra espelhada nas Grandes Opções do Plano para 2019, por se considerar uma das principais medidas conducentes à promoção da participação política, cívica e democrática dos jovens nos processos decisórios do concelho.

Após a realização de sessões descentralizadas nas escolas e em associações do concelho para recolha de contributos para o projeto de regulamento do OPJ, com vista à concretização desta medida, o atual executivo camarário colocou o projeto de regulamento em consulta pública, tendo o mesmo sido aprovado em reunião de Câmara, a 18 de julho de 2018, e por esta Assembleia Municipal, a 13 de setembro de 2018.

Neste seguimento, no passado dia 28 de março, foi lançada a 1ª Edição do Orçamento Participativo Jovem Almada, em 2019, cujas candidaturas decorrem entre 28 de março e 28 de maio, estando aberta a participação a todos os jovens residentes, estudantes ou trabalhadores no concelho, entre os 16 e os 35 anos, bem como a associações juvenis e escolas ou agrupamentos de escolas com sede em Almada.



O Orçamento Participativo Jovem de Almada vem, assim, permitir que os jovens do concelho possam apresentar e eleger projetos em consonância com as suas necessidades, priorizando o investimento do Município nos problemas concretos identificados pelos participantes, da mesma maneira que cria condições para o desenvolvimento de competências e práticas de participação política, cívica e democrática nos jovens almadenses.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 26 de Abril de 2019, delibera:

1. Considerar o Orçamento Participativo Jovem Almada uma ferramenta essencial à participação política, cívica e democrática dos jovens do concelho;
2. Parabenizar a Câmara Municipal de Almada pelo lançamento da 1ª Edição do Orçamento Participativo Jovem Almada;
3. Recomendar à Câmara Municipal de Almada que desenvolva as diligências necessárias à divulgação e esclarecimento junto dos almadenses do projeto Orçamento Participativo Jovem Almada, com vista à participação do maior número de jovens.”

**6.4.14** – O Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido (PS), para apresentar documento “voto de saudação pela requalificação do Mercado das Torcatas e pela realização da “Mostra de Ensino – superior, secundário e profissional”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Pela Requalificação do Mercado das Torcatas e pela realização da “Mostra de Ensino – Superior, Secundário e Profissional”

A requalificação do Mercado das Torcatas é sem dúvida um projeto que promove a devolução de um espaço aos Almadenses. O investimento feito pelo município permitiu a recuperação de um equipamento que se estava a degradar e, em paralelo, a valorização de um local para a realização de variadas atividades que darão nova vida a esta zona da cidade.

Desta intervenção há a destacar a requalificação da fachada, a impermeabilização da cúpula central, a remoção de fonte central para criação de espaço de palco/atuação, a criação de áreas de camarins, copa e dispensa, a recuperação pontual de bancas, cantarias, azulejos, postes de sinalética, bem como a não menos importante instalação de internet Wi-Fi.

No que diz respeito à funcionalidade, melhoraram-se as condições de iluminação natural, de conforto hidrotérmico e de instalações sanitárias para o público, incluindo a introdução de uma instalação sanitária para pessoas de mobilidade reduzida.

Este edifício está assim preparado para poder receber vários tipos de iniciativas - mostras, exposições, feiras, etc – com as mais diversas temáticas, bem como eventos culturais dos mais diversos tipos, tendo inclusivamente condições apropriadas para a realização de espetáculos musicais.

Demonstração cabal destas mesmas possibilidades foi a realização, neste espaço, entre os dias 2 e 4 de abril, da “Mostra de Ensino – Superior, Secundário e Profissional”, organizada pela Câmara Municipal de Almada em parceria com as Instituições de Ensino Superior, Escolas Secundárias e Escolas Profissionais do concelho.

Almada é hoje o segundo maior polo universitário da Área Metropolitana de Lisboa, com sete instituições de ensino superior e mais de 11 mil estudantes. O ensino secundário é constituído por sete escolas e frequentado por 4300 alunos.

Esta iniciativa potenciou a aproximação dos cidadãos à estrutura educativa do Concelho, contemplando os percursos regulares e não-regulares, envolvendo os estudantes do 3º ciclo, ensino secundário, profissional e superior e as respetivas escolas na iniciativa, assim como as Universidades Séniores.

Durante três dias houve também a possibilidade de participação em dezenas de atividades, animações, música, dança e ateliês, potenciando esta iniciativa como um espaço de conhecimento e de oportunidades.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Desta forma concretiza-se uma verdadeira política de proximidade, colocando as instalações do município ao serviço dos munícipes.

Assim, a Assembleia Municipal reunida em sessão plenária de 26 de Abril 2019 delibera:

- Saudar a Câmara Municipal de Almada pela requalificação do Mercado das Torcatas e pela colocação de mais um equipamento ao serviço dos seus munícipes;
- Saudar a Câmara Municipal de Almada pela realização, neste mesmo espaço, da “Mostra de Ensino – Superior, Secundário e Profissional”.”

**6.4.15** – O Senhor Deputado Municipal Vítor Castanheira (PS), para apresentar documento “saudação ao 1º de Maio”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Saudação ao 1º de Maio

Este dia foi escolhido a nível mundial como homenagem à histórica greve ocorrida em Chicago, em 1886, exigindo melhores condições de vida e de trabalho, nomeadamente a redução da jornada de trabalho para oito horas.

A repressão policial contra as reivindicações dos trabalhadores de Chicago durou até 1889, mas a sua persistência na luta e a solidariedade internacional pelos direitos da classe trabalhadora levaram a que o Congresso Operário Internacional, reunido em Paris, decretasse, em 1889, o 1º de Maio como o Dia Internacional dos Trabalhadores.

O Dia do Trabalhador é da maior importância não só para os trabalhadores e para o movimento sindical, mas também para todos os que defendem uma sociedade mais justa e solidária.

É, acima de tudo, um dia de afirmação de valores e de luta pelo progresso económico e social.

Face à atual situação económica, social e política com que estamos confrontados a nível global, assim como as especificidades da Europa e do nosso país, importa nunca desistir pela permanente luta pela implementação de medidas que contribuam para diminuir as desigualdades, garantir uma justa repartição da riqueza e melhorar o nível de vida dos trabalhadores e dos reformados, assim como continuar a lutar por políticas incentivadoras do desenvolvimento económico, que contribuam para a criação de emprego de qualidade, com respeito pelos direitos e condições dignas de trabalho.

Neste contexto, não podemos deixar de destacar o programa de ação aprovado no ano passado pela Resolução n.º 72/2018, do Conselho de Ministros, que visa combater a precariedade e a segmentação do mercado de trabalho, bem como o reforço da dignificação do trabalho, a revalorização e dinamização do diálogo social a todos os níveis, da concertação social à negociação coletiva de nível setorial e de empresa.

Este programa de ação tem sido materializado em medidas concretas, como é o caso do “Contrato-Geração”, regulado pela Portaria n.º 112-A/2019, e que consiste num programa de incentivos à contratação, sem termo e em simultâneo, de jovens à procura do primeiro emprego e de desempregados de longa ou muito longa duração.

Celebrar o trabalho e o seu valor, bem como os direitos e os valores da liberdade, justiça, igualdade e solidariedade devem ser propósitos permanentes. Infelizmente os direitos conquistados no trabalho e no emprego continuam a não ser universais e a OIT (organização internacional do trabalho) continua a denunciar atropelos à escala mundial.

Por mais avançados que estejamos no diálogo social, nada é imutável, nem garantia de inexistência da procura de consensos nas sociedades modernas, porque a coerção nunca será a solução para o fortalecimento dos direitos dos trabalhadores.

Estes são meros exemplos de um trabalho que tem de ser continuado e aprofundado sempre com a valorização do trabalho presente.



Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 26 de Abril de 2019, em sessão ordinária delibera:

1- Saudar os trabalhadores portugueses, nomeadamente os trabalhadores do concelho de Almada, e ainda, particularmente, aos trabalhadores municipais e de freguesia, o movimento sindical e todas as entidades que, com base nos princípios da igualdade, da fraternidade, da solidariedade e da justiça social, têm lutado pelos direitos políticos, económicos e sociais e contribuído para a melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores portugueses;

2- Saudar os trabalhadores que por esse mundo fora, com coragem, persistência e determinação, continuam a lutar pela liberdade, pela paz e pelos seus direitos políticos, sociais e sindicais.”

**6.4.16** – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS), para apresentar documento “voto de saudação pela realização do Caparica Surf Fest 2019”.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Voto de Saudação pela realização do Caparica Surf Fest 2019

O Surf é, nos dias de hoje, uma modalidade desportiva em franco crescimento e uma das que tem mais praticantes e adeptos no mundo, atingindo grande popularidade e congregando à sua volta uma notoriedade bastante relevante, muito alicerçada na sua natureza de espetacularidade, organização profissional e, naturalmente, devido à difusão feita pelos media associados à temática.

Crescente tem sido também a divulgação das potencialidades que as ondas de determinadas localidades portuguesas possuem. No caso do concelho de Almada tem sido clara a aposta na divulgação das potencialidades naturais da nossa costa litoral, especialmente dadas as condições naturais que resultam na existência de ondas de tamanho não muito grande, mas consistente, a tornam ideal para a aprendizagem desta modalidade.

O Município promove, desde 2015, a realização do Caparica Surf Fest, a par de outros eventos competitivos locais organizados por clubes e associações desportivas da Costa de Caparica ao longo do ano. Esta competição tem vindo a ser reforçada culminando o ano passado com a realização de seis provas WSL, em claro sinal da aposta na qualidade do quadro competitivo organizado.

A edição de 2019 prosseguiu esta aposta, tendo tido como resultado mais competidores e maior visibilidade exterior. A aposta numa etapa do circuito WQS 3000, para além do anterior WQS 1000, tornou a competição mais aliciante para outro tipo de competidores, naturalmente com outro tipo de capacidades, aumentando a qualidade da competição.

Este reforço na vertente competitiva atraiu também uma mais ampla cobertura mediática da prova, trazendo outra visibilidade à Costa de Caparica e, em consequência disso mesmo, de todo o concelho de Almada.

Paralelamente, foi também introduzido um novo conceito de espetáculos musicais, de acesso livre e em contexto urbano, por forma a aproximar o evento da cidade da Costa da Caparica, dos seus cidadãos e de todos os que a visitaram.

O sucesso desta iniciativa demonstrou o carácter de grande relevância estratégica da ação municipal na matéria da prática desportiva, do turismo, do desenvolvimento económico, da maior visibilidade a conferir à Costa de Caparica, oferecendo cada vez mais alternativas a quem visita o concelho de Almada.

Assim, a Assembleia Municipal reunida em sessão plenária delibera:

- Saudar a Câmara Municipal de Almada que, com o apoio da Junta de Freguesia da Costa de Caparica, realizou e deu um novo impulso ao Caparica Surf Fest na sua edição de 2019, afirmando-o como um dos mais reconhecidos eventos desportivos do género no nosso país.”

**6.5** - No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais António Pedro Maco (CDS-PP), Artur Alfama (PAN), Ivan Gonçalves (PS), João Geraldês (CDU), Maria



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Luís Albuquerque (PSD), Carlos Guedes (Ind), José Rocha (BE), Débora Rodrigues (PS) e a Senhora Presidente da Câmara.

### 6.5.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas uma breve apreciação dos documentos aqui apresentados pelos Grupos Municipais.

Em relação às moções apresentadas pelo Partido Socialista, o CDS-PP vai votar favoravelmente praticamente todas as moções. De qualquer forma quero aqui saudar a resolução da construção da Escola Santa Maria na Charneca de Caparica. É uma Escola que fazia falta, é uma questão que tem a ver com a educação do Concelho, o CDS-PP vai votar favoravelmente. No entanto não poderá concordar com algumas indicações, nomeadamente algumas considerações, que são feitas ao Governo relativamente em matérias de educação. Mas, o que interessa aqui é que foi concretizada a Escola de Santa Maria, e é de saudar e, portanto, o CDS-PP irá votar favoravelmente a mesma.

Depois relativamente à moção apresentada pelo PSD, relativa à Pediatria do Hospital Garcia de Orta em Almada, o CDS-PP irá votar favoravelmente. De qualquer forma temos aqui de lembrar, que o Hospital Garcia de Orta em Almada, apesar de tudo e apesar do estado da saúde em Portugal, já de há muitos anos para cá, tem serviços de excelência, tem departamentos que funcionam e que efetivamente cumprem o seu papel junto dos utentes, é sem dúvida um dos melhores hospitais do país, e portanto, com certeza que também o Conselho de Administração do Hospital Garcia de Orta em Almada, tudo querera fazer dentro daquilo que são as suas competências e os seus limites, para que quer este departamento, quer outros departamentos, funcionem dando a melhor qualidade aos seus utentes. Claro que estamos aqui a falar de pediatria, ainda mais deve ser reforçado esse mesmo papel, mas o Estado e os Governos aqui, como é evidente, têm um papel fundamental naquilo que devem ser as políticas de saúde e o qual este departamento de pediatria do Hospital Garcia de Orta não é exceção. Portanto, gostaria apenas de dar aqui esta ressalva, que se efetivamente não existem condições, com certeza não será porque o Conselho de Administração não o quer, ou os responsáveis não o querem ou que os médicos não o queiram, antes pelo contrário. Agora temos que refletir esta mesma situação e com certeza ela será resolvida como foram resolvidos outros mesmos problemas no passado, para que as populações de Almada e aquelas que recebem o contributo por parte do Hospital, seja perfeitamente resolvido.

Em relação à moção do PAN, o CDS-PP irá também votar favoravelmente, é uma moção muito bem-vinda. Tem também a ver com questões daquilo que o CDS-PP tem falado ao longo dos anos, que é a organização do verdadeiro plano contra a sinistralidade no Concelho de Almada, e também questões que tenham a ver com a mobilidade e as acessibilidades que precisam de ser corrigidas já de há uns anos para cá.

A saudação ao 25 de Abril e o 1º de Maio do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, o CDS-PP irá votar favoravelmente, contudo embora tenha aqui algumas considerações relativamente às regiões administrativas que o CDS-PP não concorda e mais uma outra consideração, mas não será isso que impedirá o voto favorável.

Depois a greve dos trabalhadores dos TST, o CDS-PP votará também inequivocamente a favor.

No que respeita às moções da CDU, também há aqui uma saudação relativa ao 1º de Maio para a qual o CDS-PP pede para se votar separadamente o corpo da moção da deliberação.

A moção do PS sobre o Programa Qualifica Adultos, o CDS-PP pede também a votação separada porque há aqui umas considerações, embora concordando e ir votar favoravelmente há aqui umas considerações que são feitas ao qual saúdam também aquilo que tem sido as políticas deste Governo relativamente a estas questões do emprego, também não concordamos e, portanto, iremos solicitar a separação da votação.

Orçamento Participativo Jovem, muito bem-vindo votaremos a favor.

O Mercado das Torcatas votaremos também a favor e a saudação do 1º de Maio, Caparica Surf Fest iremos também votar favoravelmente.”

### 6.5.2 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):



“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito rapidamente apenas para mencionar que o PAN vê como positivas todas as propostas apresentadas e irá acompanhá-las.”

**6.5.3 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Fazer duas ou três considerações relativamente aos pontos que estão hoje aqui em discussão.

E não podemos começar por fazer essas considerações, sem de alguma forma nos referirmos aquela que foi uma declaração política feita aqui pelo Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes. É de facto um dos maiores problemas que nós temos das nossas democracias, a desinformação, os boatos. E em Almada temos sentido isso de forma muito veemente ao longo das últimas semanas, dos últimos meses e julgo que é também uma das formas de pôr em causa a democracia representativa que todos defendemos. Assim como parece que será importante também salientar a importância de alguns momentos em que a democracia representativa deve ser valorizada e são de facto os momentos importantes e de representação do povo. É isso que o povo espera de nós é isso que o povo espera dos nossos eleitos é que também que nesses momentos, em que a democracia é saudada nos órgãos próprios como o foi ontem por exemplo, na Assembleia Municipal Extraordinária que foi realizada em Almada, que todas as forças políticas estejam à altura das suas responsabilidades, que compareçam e deem o devido valor a esse tipo de celebrações, porque a defesa do poder popular começa também na defesa dos órgãos representativos como são esta Assembleia Municipal. E, portanto, fica a nota para todas as forças políticas que estão representadas neste órgão.

Quanto à moção de deliberação da CDU, relativa à luta das novas gerações para os problemas ambientais. O Partido Socialista não tem nada a obstar. Aquilo que gostaríamos de solicitar aos proponentes, era que pudesse ser acrescentado um ponto que fizesse referência àquela que foi a verdadeira causa da existência da greve climática mundial, que foi a existência de alterações climáticas e o facto dessas alterações climáticas estarem hoje cientificamente provadas que têm como origem a ação humana. Parece-nos que a moção salienta uma série de pontos que são importantes, mas parece-nos que será reforçada se nós salientarmos, que é também fruto da ação do homem, que estas alterações climáticas hoje existem e que para as combatermos também deve existir uma mudança de comportamentos, que passa por todos nós e que os poderes públicos devem naturalmente acompanhar esta mudança de comportamentos.”

**6.5.4 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Algumas notas relativamente aos documentos que temos presentes e que iremos votar daqui a momentos.

Relativamente aos documentos apresentados pelo partido Socialista, a CDU considera muito positivo que o PS apresente aqui e afirme, aquilo que a Câmara Municipal de Almada vai conseguindo realizar no seu mandato, em benefício das populações do Concelho. Neste quadro é o caso dos documentos que são apresentados e por isso a CDU irá votar todos eles favoravelmente.

Não sem antes, contudo, registarmos algumas notas que julgamos importantes.

Relativamente ao documento sobre a nova Escola da Charneca de Caparica, entendemos que o culto de personalidade que incorpora, nas pessoas da Senhora Presidente e do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, é algo que já não faz sentido em pleno século XXI. Pensamos que elogio cai bem quando é dirigido às instituições, neste caso soa mal porque dirigido a pessoas. Mas, obviamente que a questão principal é que a Escola esteja em funcionamento e ao serviço da população da Charneca de Caparica.

Relativamente ao documento sobre o Orçamento Participativo Jovem, registamos apenas o facto de quase ao fim de dois anos de mandato, o Executivo Municipal ter sido capaz de colocar em prática, uma decisão do anterior mandato, aliás, como o texto sublinha, e que estava preparada para execução plena no final do anterior mandato.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Sobre o documento relativo ao Mercado das Torcatas e à Mostra do Ensino Superior Secundário e Profissional, sublinhamos apenas o facto de a Mostra se realizar no Concelho de Almada há largos anos a esta parte e sempre com muito êxito.

Quanto à saudação ao 1º de Maio, consideramos que é necessário ir muito mais longe do que aquilo que o PS aqui nos propõe. E por isso, reiteramos integralmente o texto que a CDU aqui apresenta sobre esta mesma matéria e que iremos votar também dentro de momentos.

Sobre o Caparica Surf Fest, lembrar apenas que a edição de 2019, foi já a 5ª edição desta iniciativa de promoção da Costa da Caparica e do Concelho de Almada, sendo que as três primeiras se realizaram durante o mandato autárquico anterior.

Finalmente, sobre o documento relativo ao Programa Qualifica, solicitávamos ao Partido Socialista que alterasse a parte da introdução à parte resolutiva, dado que o Partido Socialista não é o único partido que está reunido nesta Assembleia Municipal e que irá deliberar sobre este documento, ao contrário daquilo que está referido no texto do documento.

Relativamente aos textos apresentados pelo CDS-PP, iremos votar também favoravelmente os dois textos, registamos apenas que se trata, em ambos os casos, de matérias em que o CDS-PP participou ativamente no anterior Governo, assume particular responsabilidades pelas situações que denuncia. No caso da proposta sobre os apoios aos mais idosos, desenvolvendo e caucionando, uma política que prejudicou gravemente e objetivamente qualquer incentivo à natalidade e ao apoio aos mais idosos. Cortes nas pensões, nos salários, nos apoios sociais, entre e outros. E, no caso do Castelo de Almada, designadamente pela deslocalização da Força da GNR na Charneca de Caparica, também enquanto membro do Governo, resistiu sempre em responder positivamente às insistências que a Câmara Municipal de Almada foi fazendo relativamente à solução deste problema, e eu sublinho aqui, que a Câmara Municipal de Almada, inclusivamente cedeu ao Governo, ao Ministério da Defesa, terreno junto ao atual Quartel da GNR na Charneca de Caparica, para o alargamento deste Quartel, de modo a poder instalar lá as forças de segurança.

Portanto, o CDS-PP é bem-vindo, obviamente, neste momento as estas reivindicações, mas eu não deixo de sublinhar as profundas responsabilidades que o CDS-PP tem na não resolução destes problemas.”

**6.5.5 – A Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós iremos votar favoravelmente a maior parte das moções, queria fazer aqui brevemente apenas algumas referências.

Concordar com a referência feita pelos Senhor Deputado Municipal da CDU relativamente ao primeiro documento, que nos parece também mais correto que haja uma saudação institucional ao Executivo e não propriamente a figuras do Executivo. Mas, concordamos também que é uma matéria importante.

Naturalmente votaremos favoravelmente a nossa própria moção sobre as urgências pediátricas do Hospital Garcia de Orta, e a preocupação igualmente expressa por outro Grupo Municipal.

Votaremos igualmente a favor das duas moções apresentadas pelo CDS-PP, e gostaria a propósito disso, de realçar que, de facto, o Executivo anterior PSD/CDS-PP, já abandonou funções há três anos e meio, e, portanto, já vai sendo tempo de quem está há três anos e meio apoiando ativamente o Governo, assumir as suas responsabilidades relativamente a estas decisões.

Vamos votar favoravelmente a moção do PAN, relativamente à sinistralidade rodoviária e subscrevemos também o pedido feito pelo Senhor Deputado Municipal do CDS-PP, relativamente à separação das moções que fazem a saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio, uma apresentada pelo Bloco de Esquerda e outra apresentada pela CDU.

Quanto à questão do voto de solidariedade apresentado pelo Bloco de Esquerda relativamente aos trabalhadores da Transportes Sul do Tejo, a nossa posição será de abstenção, entendemos que esta é uma



matéria que não é necessariamente da competência da Câmara Municipal, que não tem tutela sobre a empresa, e, portanto, o nosso voto será no sentido da abstenção.

Vamos ainda abstermo-nos na moção de saudação à luta das novas gerações pela solução dos problemas ambientais, sendo certo, que concordamos que é muito importante que os jovens se envolvam, achamos que há formas mais indicadas de se envolverem, que não envolvam uma greve às aulas. E, julgamos que deve esse ponto também ser assinalado.

Genericamente somos favoráveis às restantes moções apresentadas.”

**6.5.6 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu quero apenas dizer que votarei favoravelmente todos os documentos.”

**6.5.7 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para dizer que iremos votar favoravelmente todas as propostas. Queremos apenas fazer aqui um reparo que não podemos deixar passar naturalmente. Votaremos favoravelmente com certeza a proposta do PSD que nos é apresentada, mas se calhar importa lembrar que um dos grandes responsáveis por este decréscimo de qualidade no Serviço Nacional de Saúde, foi exatamente no Governo PSD/CDS-PP, queríamos apenas deixar aqui este pequeno reparo que nos parece importante.

Em relação à proposta de solidariedade com os trabalhadores não ser competência da Câmara Municipal, claro nós sabemos que é uma empresa privada, mas independentemente de ser uma empresa privada, sendo uma PPP, tem desde logo um razoável montante do erário público, para além disso detém praticamente o monopólio dos transportes no nosso Concelho. Aliás, o que nós dissemos na nossa proposta, é exatamente recomendar à Câmara Municipal de Almada, que promova contatos com a Administração da Empresa, no sentido de melhorar o serviço prestado e as condições de trabalho dos seus trabalhadores. Parece-nos bastante pertinente e não nos parece de todo descabido que isto seja feito.”

**6.5.8 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre as apreciações que foram feitas relativamente aos documentos apresentados pelo Partido Socialista, aquilo que nós dizemos na moção do Orçamento Participativo Jovem, ou de saudação à criação, é precisamente um facto. A CDU votou contra a criação deste Orçamento Participativa. Estando ou não depois o Executivo que era liderado pela CDU a implementá-lo, a verdade é que nesta Assembleia Municipal, em 2015, votou contra.

Quanto ao Surf Fest, fizemos exatamente referência ao facto de ser a 5ª edição, e, portanto, é matemático.

E quanto à nossa moção sobre o Programa Qualifica, dizer que naturalmente aceitamos a alteração e que é uma gralha que consta do documento.

Quanto à moção do 1º Maio, de saudação ao Dia do Trabalhador, da CDU, nós não temos nenhuma objeção a esta moção, mas há uma referência que nós não podemos deixar de fazer.

No ponto 1, aquilo que é referido, é que a luta dos trabalhadores deve abrir caminho a uma política que sirva Portugal e o povo português. Ora, há um documento que eu julgo que os eleitos da bancada da CDU conhecem até bem melhor do que eu, que começa por dizer que há um espectro que ronda a Europa. E que, portanto, se há luta que é importante que seja internacional, e que se há luta que é importante que uma todos os povos, é a luta pelo combate às desigualdades e pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores. E, portanto, serem partidos de esquerda que situam esta luta no campo pura e simplesmente nacional como se fossem apenas os trabalhadores portugueses a que tem direito a essa política que os proteja, a nosso ver não deixa de ser um pouco diminuidor daquilo que deve ser a ação e a defesa também de políticas que naturalmente, defendam



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

partes mais vulneráveis e necessariamente a parte mais vulnerável num contrato laboral, é sempre o trabalhador.”

### 6.5.9 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu pedi a palavra só para prestar aqui alguns esclarecimentos relativamente à moção apresentada pela CDU, no alargamento do Passe Social Intermodal.

Relativamente ao ponto 2, queria só dizer em nome da AML – Área Metropolitana de Lisboa, como membro da Área Metropolitana de Lisboa, e um dos dezoito Municípios que aprovou por unanimidade a questão do Passe Social Intermodal, que esta questão do exigir ao Governo da República o imprescindível financiamento, queria só dar dois esclarecimentos.

Como sabem, já foi lançado o concurso para nova frota, de cerca de 2.000.000.00€ (dois milhões de euros), de dez novos navios, mas também lembrar aqui mais uma vez, o que se está a fazer neste momento, para a preparação do concurso, para a concessão de transportes rodoviários em toda a Área Metropolitana de Lisboa. Como sabem, foi criada uma empresa pública, chamada Carris Metropolitana que vai liderar esse lançamento de concurso. E, portanto, neste momento quem está a liderar o processo é a Área Metropolitana de Lisboa, e depois aquela que será a Carris Metropolitana. Para esse efeito, foi decidida logo na altura uma verba a dar pelo Governos e pelos Municípios, e de uma maneira geral para se definir essa verba, foi pensada da seguinte forma: 80% a mais para a renovação da frota e 20% a mais para as frequências. Acontece que isto foi para encontrar uma possível base para cada Município e definir os montantes de participação de cada um dos Municípios. Agora, compete a cada um dos Municípios, e Almada já o fez, de tentar acertar essa questão, consoante a oferta que tem, o número de carreiras que tem e o número de frequências que quer aumentar e também o estado da frota que tem. Almada tem um problema, tem uma frota muito, muito envelhecida, e tem muito poucas frequências e muito poucas carreiras. Mas isto é só para lembrar que, neste momento, a questão não está ao nível do Governo, está sim já ao nível da Área Metropolitana de Lisboa, com a criação daquilo que nós consideramos que é uma grande vitória e que também foi aprovada por unanimidade, foi a criação da Carris Metropolitana Empresa Pública de Transporte, que vai liderar todo esse procedimento.

Em relação ao ponto 3, também passar a informação, que, de facto, as CIM já estão a negociar um pouco por todo o país, e que relativamente à Área Metropolitana de Lisboa, inclusivamente já está a ser visto com as CIM à volta da Área Metropolitana de Lisboa, da qual nós fazemos parte, para que as carreiras que atravessam ou que vêm das outras CIM e que chegam a Lisboa. Portanto, essas negociações também já estão a ser feitas, porque neste momento o passe mais barato de todos, de facto é na Área Metropolitana de Lisboa e para as outras SIMS poderem chegar a acordo com a própria Área Metropolitana de Lisboa. Portanto, esta foi uma informação da última reunião da Área Metropolitana de Lisboa, passava só a informação relativamente a esta proposta.”

### 6.5.10 – A Senhora Deputada Municipal Débora Rodrigues (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Gostaria apenas de dar nota que o Partido Socialista irá votar favoravelmente a moção do CDS-PP, relativamente ao Castelo de Almada, mas não poderíamos deixar de informar que a transferência da Unidade de Intervenção da GNR, já está prevista do Castelo de Almada para a Charneca de Caparica e está a ser finalizado o contrato interadministrativo entre a Câmara Municipal de Almada e o Ministério da Administração Interna. Pelo que, com o objetivo de incluir o Castelo de Almada no Programa REVIVE, o Programa que visa a revalorização do património imobiliário público, para integrá-lo em projetos de fins turísticos. E, portanto, nós revemo-nos nesta moção, de facto, é aquilo que já está a acontecer e o Castelo de Almada será um dos próximos imóveis que será apresentado no REVIVE, provavelmente algures em junho.”

### 6.5.11 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Dizer que o Grupo de Eleitos do Partido Socialista aceita a alteração que foi sugerida e colocando na redação que saudamos a Câmara Municipal pela inauguração deste novo equipamento. Continuamos à espera da resposta à nossa solicitação dos Eleitos da CDU sobre se aceitam ou não incluir um ponto sobre a ação humana na existência de alterações climáticas que está comprovada cientificamente. Dizer apenas também sobre o Hospital Garcia de Orta, que foi aberto um concurso para três vagas de pediatria no Hospital Garcia de Orta que ficaram vazios, é verdade que é preciso encontrar outras formas de recrutar estes profissionais, e é verdade que o Governo tem também que o fazer de forma célere. Agora, também sabemos que se o Serviço Nacional de Saúde existe é por ação de um Governo do Partido Socialista, que foi votado no Parlamento. Aliás foi fruto da ação de um Governo do Partido Socialista, foi votado no Parlamento com os votos contra da Direita Parlamentar por sinal. E durante esta legislatura o investimento que foi feito no Serviço Nacional de Saúde já supera os mil milhões de euros. e existem mais nove mil profissionais que foram já integrados no Serviço Nacional de Saúde. É verdade que existem problemas, mas temos um dos melhores Serviços Nacionais de Saúde do mundo, e é uma pena que a CDU também alinhe naquele discurso desvalorizando aquilo que é o nosso Serviço Nacional de Saúde público, dando também alguma latitude, algum discurso em benefício dos operadores privados.

Para terminar e sobre os passes sociais. Acompanhamos a moção da CDU, o Governo está de parabéns, esta é uma medida que vai devolver rendimentos, vai trazer benefícios àqueles que são os cidadãos mais veneráveis da nossa sociedade, vai trazer também uma nova estratégia de mobilidade para as nossas áreas urbanas. Dizer apenas, que o alargamento, já está previsto. Não votaremos contra, votaremos favoravelmente, mas o alargamento desta medida a todas as comunidades intermunicipais do país, já está previsto, vai acontecer e acaba por ser um pouco extemporâneo.

Para terminar, dizer apenas que é mais um bom exemplo daquilo que são as políticas que foram tomadas e que têm vindo a ser tomadas por este Governo que tem permitido não só virar a página da austeridade, aumentar rendimentos, fazer crescer a economia e tudo isto com contas certas.”

**6.5.12 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal há pouco explicou bem, que o silêncio neste caso não significa acordo, significa desacordo. Mas, já que solicita a nossa posição, eu quero-lhe dizer que nós efetivamente não consideramos a proposta que o Partido Socialista pela sua voz aqui fez, é matéria que exige necessariamente reflexão e, portanto, nós não temos condições hoje para introduzir esse ponto na nossa proposta. Em qualquer altura poderá ser aqui trazida uma nova proposta e ser votada.”

**6.6 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:**

**6.6.1 – O documento sobre “inauguração da EB de Sta. Maria da Charneca da Caparica” foi aprovado por unanimidade;**

**6.6.2 – A moção “urgências pediátricas do Hospital Garcia de Orta” foi aprovado por unanimidade;**

**6.6.3 – A moção “Almada integradora - Gerontologia” foi aprovado por unanimidade;**

**6.6.4 – A moção “devolver o Castelo de Almada à cidade” foi aprovada por unanimidade;**

**6.6.5 – A recomendação “redução da sinistralidade no concelho de Almada” foi aprovada por unanimidade.**

**6.6.6 – A “saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio” foi aprovada por unanimidade;**

**6.6.7 – O “voto de solidariedade – greve dos trabalhadores da TST” foi aprovado por maioria com 33 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente; e 5 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do PSD;**



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

**6.6.8** – A moção/deliberação “alargamento do passe intermodal” foi aprovada por unanimidade;

**6.6.9** – O documento “pelo reforço do serviço nacional de saúde” foi votado ponto por ponto, tendo-se verificado o seguinte resultado:

**6.6.9.1** – A parte introdutória foi aprovada por maioria com 37 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente; e 1 voto contra do eleito do CDS-PP;

**6.6.9.2** – A parte deliberativa foi aprovada por unanimidade;

**6.6.10** – A moção/deliberação “saudação à luta das novas gerações pela solução dos problemas ambientais” foi aprovado por maioria com 33 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente; e 5 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do PSD;

**6.6.11** – A moção/saudação “1º de Maio – dia internacional do trabalhador” foi votada ponto por ponto, tendo-se verificado o seguinte resultado:

**6.6.11.1** – A parte introdutória foi aprovada por maioria com 32 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente; e 6 votos contra, sendo 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do CDS-PP;

**6.6.11.2** – A parte deliberativa foi aprovada por unanimidade;

**6.6.12** – O documento “programa Qualifica e a educação de adultos” foi aprovado por unanimidade;

**6.6.13** – O documento “orçamento participativo jovem” foi aprovada por unanimidade;

**6.6.14** – O documento “voto de saudação pela requalificação do Mercado das Torcatas e pela realização da “Mostra de Ensino – superior, secundário e profissional” foi aprovado por unanimidade;

**6.6.15** – O documento “saudação ao 1º de Maio” foi aprovado por unanimidade;

**6.6.16** – O documento “voto de saudação pela realização do Caparica Surf Fest 2019” foi aprovado por unanimidade.

**7** – Sendo próximo das 00 horas e 30 minutos, deu-se por concluída a 1ª reunião da sessão ordinária, sendo os trabalhos retomados no dia 29, pelas 21 horas e 15 minutos.

**8** – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal e dos/as Vereadores/as Senhores/as Francisca Parreira, João Couvaneiro, Teodolinda Silveira, Lina Gonzalez, Joaquim Judas, José Gonçalves, António Matos, Catarina Pé Curto e Luís Filipe Pereira.

**9** - Foi verificada a presença na reunião dos operadores de câmara da TV Almada e de cerca de 50 Senhores Municípes.

**10** - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

O 1º SECRETÁRIO Paulo Figueiras

A 2ª SECRETÁRIA Ana Paula Silva

